

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

**15 a 19 de  
NOVEMBRO  
2018**

# CLIP PING



# TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo





# MAURÍCIO PRATES

[www.mauricioprates.com.br](http://www.mauricioprates.com.br) | [emenrates@uol.com.br](mailto:emenrates@uol.com.br)

## Arquivo morto

O PODER JUDICIÁRIO investe quantias expressivas para guardar milhões de processos, e as instalações do arquivo geral do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) já não comportavam mais o volume. Por isso, foi inaugurado um prédio para o arquivamento de processos das Comarcas de Vitória, Serra, Cariacica, Vila Velha e Viana, em Jardim Limoeiro, Serra, numa área de quase 8 mil metros quadrados. O local possui segurança monitorada e presencial, bem como prevenção de incêndios.

\* \* \*

SEGUNDO O TJ-ES, ainda não há projetos de digitalização, pois ela não exclui a necessidade de manter os arquivos em papel. Alguns processos específicos, como os de Vara de Família, Registros Públicos, Órfãos e Sucessões, possuem guarda permanente. Então, é um verdadeiro repositório da história judiciária do Espírito Santo. O novo arquivo reduziu gastos com custeio e aumentou a eficiência dos serviços. A economia é de R\$ 1,1 milhão por ano em locações.

# Tribunal mantém Neidia Pimentel longe da Câmara

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) negou provimento a um recurso apresentado pela defesa da vereadora da Câmara Municipal da Serra e manteve ela afastada do cargo.

Neidia está fora da Câmara desde o dia 14 de março, por decisão da juíza da Segunda Vara Criminal da Serra, Letícia Maia Saúde. A parlamentar responde a processo por peculato (desvio de recursos públicos), com contratação de servidores fantasmas e rachid – quando o servidor público é obrigado a

devolver parte dos salários.

De acordo com o relator do processo, o desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, não havia, no pedido de Neidia, motivos para que a decisão de primeiro grau fosse mudada.

“Não há fato novo concreto e contundente capaz de modificar os fundamentos da decisão”, disse o magistrado.

Procurada para comentar a decisão, a defesa de Neidia no processo não retornou aos contatos da reportagem.



**NEIDIA** está afastada desde março



| ALERTA |

# OS GOLPES QUE FAZEM MAIS VÍTIMAS NO ESTADO

## Boleto adulterado e anúncios falsos na internet são alguns exemplos

▲ ELIS CARVALHO  
ycarvalho@redgazeta.com.br

Golpe do falso sequestro, golpe do boleto bancário, golpe do amor, golpe do bilhete premiado... Essas são algumas entre tantas formas de estelionato que diariamente fazem vítimas no Espírito Santo. Parte dessas fraudes são velhas conhecidas da polícia e, por isso, criminosos variam na forma de agir para não serem facilmente identificados. Já outras formas de enganar são recentes e estão crescendo com o aumento do uso da internet.

De acordo com o delegado Breno Andrade, titular da Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes Cibernéticos (DRCC), golpes na internet tomaram-se cada vez mais comuns porque a ferramenta passou a ser muito usada, inclusive para resolver questões que envolvem dinheiro, como pagamentos, por exemplo.

“O golpe do boleto bancário, por exemplo, tem aumentado muito. Principalmente porque as pessoas passaram a fazer pagamentos pela internet. Em 2017, só no Brasil, foram cerca de

400 milhões de casos de golpes do boleto. Vão desde a simples emissão de boleto falso até vítimas perdendo muito dinheiro”, afirmou.

O golpe funciona da seguinte forma: o hacker instala um vírus no computador da vítima que identifica quando ela abre um boleto bancário. Ao abrir, o vírus modifica a linha digital do boleto. “A pessoa acredita estar pagando boleto verdadeiro, mas o destino final é uma conta que o golpista escolheu”, explicou Andrade.

Embora o brasileiro prefira, atualmente, pagar contas via boleto bancário, essa não é a forma mais segura, segundo o delegado.

“A forma mais segura é usar o cartão de crédito. Mesmo que clone o cartão, ao fazer a comunicação ao banco a chance de restituir o dinheiro é bem maior. Pelo boleto bancário não há garantia. É bom desconfiar se a única forma de pagamento for o boleto”, completou.

### NOVAS TÁTICAS

Outros golpes considerados mais novos são o do



Supervisora de vendas foi vítima duas vezes do golpe do boleto bancário

amor, do preço baixo e do emprego. No primeiro, a vítima é enganada por um perfil falso, pensando estar em um romance pela

internet com a pessoa perfeita. Segundo a polícia, esse é o crime que mais tem crescido na internet.

“Os criminosos costumam procurar mulheres

de meia idade, separadas ou viúvas, que vivam em um contexto de carência afetiva. Normalmente, di-

zem ter uma profissão de prestígio, como engenheiro, advogado ou militar. Após meses envolvendo as vítimas, eles inventam alguma história para pedir dinheiro emprestado, prometendo que irão devolver. Há alguns meses, uma senhora tentou sacar R\$ 200 mil da conta para enviar para um suposto namorado, morador de Londres, na Inglaterra. O gerente do banco desconfiou e falou que tudo indicava ser golpe. Mas nem sempre há tempo de impedir”, contou o delegado.

### OLHO GRANDE

No golpe do preço baixo, golpistas criam falsos anúncios de venda, com ofertas tentadoras. O bandido faz a vítima depositar um sinal da compra para garantir a venda, mas depois de receber o dinheiro, desaparece.

Já no golpe do emprego, vagas são anunciadas na internet e as vítimas são influenciadas a pagar por supostos cursos preparatórios. Após pagarem, descobrem que não há curso nem emprego.

### PREJUÍZO

**“Passei o maior aperto. Não sabia deste golpe”**

X. Vítima de golpe e moradora de Vitória

▲ Sem sequer saber da existência do golpe do boleto bancário, uma supervisora de vendas de 49 anos, moradora de Vitória, foi vítima por duas vezes em um único dia, perdendo mais de

R\$ 2 mil.

#### Como caiu no golpe?

Eu moro de aluguel e o dono da apartamento enviava os boletos de pagamento por e-mail. Há alguns meses, ele enviou o boleto de R\$ 1 mil e

quando fui imprimir, o destinatário estava com o nome de outro banco, de outro Estado. Mas na hora eu nem percebi. Imprimi e paguei.

**E como foi o segundo golpe?**

Foi no mesmo dia. Minha patroa me enviou por e-mail um boleto pra eu pagar no valor de R\$ 1.084. Quando imprimi, o banco destinatário também era outro. Mais uma vez eu não percebi. Como na agência bancária pagaram o boleto normalmente, nem desconfiei.

**E como descobriu que tinha sido enganada?**

Só quando comecei a ser cobrada porque o dinheiro não caiu nas contas de

destino. Mandei foto dos boletos pagos, fui na agência onde fiz o pagamento, mas eles não souberam dizer o que tinha acontecido. Aí procurei a polícia e soube que era um golpe comum, mas que eu nunca tinha ouvido falar.

#### Como fez para resolver essa situação?

Até hoje não descobri quem foi o golpista e eu acabei ficando no prejuízo. Tive que pedir dinheiro emprestado para pagar

tudo de novo. Depois, chamei um técnico de informática que limpou os vírus do meu computador e instalou um antivírus. Passei o maior aperto. É chato demais ser cobrado por algo que você pagou. A gente nunca imagina que esse tipo de coisa vai acontecer com a gente. Mas foi falta de atenção minha. Eu imprimi e não olhei o nome do destinatário no boleto. Agora vou ficar muito mais atenta.



| ALERTA |

# Falso sequestro e bilhete premiado são mais comuns

**Mesmo antigos, bandidos enganam vítimas porque apelam para o emocional**

ELIS CARVALHO  
ycarvalho@redgazeta.com.br

Entre os golpes mais antigos, mas que ainda fazem muitas vítimas, estão o do bilhete premiado e o de se-

questro. Segundo a Delegacia de Defraudações e Falsificações (Defa), os golpes ainda fazem muitas vítimas porque os bandidos apelam para o emocional, em um grande teatro. Além disso, eles arquitetam variações para o mesmo tipo de golpe.

No golpe do bilhete

premiado, a vítima é abordada por um golpista, quase sempre idoso, aparentando ser humilde e ingênuo, que diz ser o ganhador de um prêmio e pede ajuda para fazer o saque. Como recompensa, promete dar uma quantia à vítima. Para isso, a pessoa precisa dar

um sinal, como uma garantia que é de confiança. Após o saque, a vítima é roubada.

Já no falso sequestro, os bandidos telefonam fingindo ter sequestrado um familiar da vítima. Fazendo terror psicológico, prendem a pessoa na linha telefônica até ela deposi-

tar a quantia exigida.

## CUIDADO

A polícia orienta jamais fazer depósitos ou enviar dinheiro para desconhecidos. Se o golpe for por telefone, o ideal é desligar o aparelho e entrar em contato com familiares.

Além disso, é sempre im-

portante desconfiar de promessas absurdas, como o emprego dos sonhos, a recompensa de um desconhecido ou a promessa de casamento de alguém que você só conhece pela internet. Caso perceba que está sendo abordado por um golpista, a orientação é procurar a polícia imediatamente.

## OS PRINCIPAIS GOLPES E COMO FUNCIONAM

### CARRO QUEBRADO

Uma das mais comuns, a fraude é realizada pelo telefone. O criminoso liga fingindo ser um parente distante que acabou de quebrar o carro na estrada e está sem dinheiro para pagar o guincho. Sem perceber, muitas vítimas acabam "entregando" informações sobre o parente distante. Usando essas informações, o bandido consegue fazer o golpe parecer ainda mais real. Por fim, ele pede para a vítima depositar o dinheiro, garantido que a quantia será devolvida.

### BILHETE PREMIADO

Um dos golpes mais antigos, continua fazendo vítimas frequentemente. Tudo acontece como um grande teatro: vítima é abordada por um idoso, aparentemente humilde, que afirma ter recebido um prêmio e pede alguma ajuda, como informação de endereço do local de saque, por exemplo. Depois outras duas pessoas aparecem oferecendo ajuda para levar o falso ganhador do prêmio ao lugar indicado. O golpista idoso pede para a vítima ir junto, por confiar mais nela. Ao ir sacar a quantia, deixando a vítima do lado de fora, o idoso volta afirmando que aquele é o último dia para saque, mas que está sem os documentos. Ele diz que só conseguirá sacar se tiver uma pessoa de confiança, com documentos, para ser seu procurador, e pede isso à vítima. Mas, como garantia de que a

pessoa não vai ficar com todo o dinheiro do prêmio sozinha, o golpista pede uma garantia, como o saque de uma quantia. Outras vezes, oferece uma quantia do prêmio como recompensa pela ajuda, mas também precisa de dinheiro como garantia. Em junho deste ano, uma idosa de 83 anos perdeu R\$ 95 mil na Praia do Canto, em Vitória.

### MOTOBOY

Os golpistas fingem ser da operadora do cartão de crédito da vítima. Eles ligam para o telefone fixo da pessoa e perguntam se reconhecem uma compra feita em outro Estado. Assim que a vítima responde que não, afirmam que provavelmente o cartão foi clonado. Eles pedem para que a vítima ligue para o número que está atrás do cartão, mas afirmam que essa ligação só pode ser feita por meio de um telefone fixo. É quando a vítima desliga, coloca o telefone no gancho e logo em seguida já faz a ligação. Do outro lado, os golpistas não desligam e a chamada acaba ficando presa. Eles usam gravações fingindo ser do banco e, após conversa com a vítima, confirmam que o cartão foi clonado. Os bandidos pedem para a vítima digitar a senha, que é capturada por eles. Depois, pedem para que o cartão seja quebrado, mas preservando o chip. Por fim, afirmam que um motoboy do banco vai até a casa da vítima recolher o cartão danificado. Com a senha e



o chip do cartão em mãos, eles fazem várias compras.

### SEQUESTRO

Velho conhecido, mas ainda fazendo muitas vítimas. O criminoso liga dizendo que sequestrou um parente da vítima, normalmente filhos. Com uma pessoa ao fundo gritando por socorro, muitas vezes a própria vítima passa informação sobre os filhos, como nomes, por exemplo. Usando essas informações, os bandidos exigem que a vítima deposite um dinheiro na conta deles para o resgate, sempre fazendo ameaças de morte. Para evitar que a pessoa do outro lado da linha fale com parentes ou peça ajuda, eles exigem que a vítima fique no telefone com eles o tempo todo. Nesse golpe, uma idosa de 85 anos perdeu quase R\$ 300 mil em dinheiro e joias, na Grande Vitória, em outubro deste ano.

### BOLETO BANCÁRIO

Tornando-se cada vez mais frequente, o golpe é aplicado por hackers, que invadem o computador da vítima para checar se ela

tem o costume de imprimir boletos bancários no computador. Percebendo isso, eles enviam um vírus, que pode estar disfarçado em um envio de e-mail com arquivo para a pessoa clicar. Com o vírus instalado no computador da vítima, o bandido identifica o momento em que ela vai imprimir o boleto e muda os dados do código de barras e o número. Quando a vítima vai ao banco fazer o pagamento, o dinheiro é depositado em outro banco, em alguma conta que o golpista terá acesso.

### PREÇO BAIXO

Quem já procurou um carro para comprar na internet pode ter notado veículos anunciados com preços bem abaixo do mercado. Esse é um dos crimes mais comuns registrados pela Polícia Civil. Os bandidos fazem um anúncio falso de um automóvel com preço baixo. Quando a vítima entra em contato, o criminoso afirma que precisa de um sinal em dinheiro para garantir a venda, alegando que existem outros compradores interessados.

### IDENTIDADE



Conhecido pela polícia como furto de identidade, o golpe acontece quando os criminosos clonam documentos, pegam dados que as vítimas perdem na internet, fazendo currículo ou de alguma outra forma. Eles fazem um documento falso, vão até uma loja ou um banco e conseguem financiar ou fazer empréstimo.

### EMPREGO

Aproveitando momentos de crise, criminosos criam falsas vagas de emprego na internet usando nomes de empresas grandes. Para conseguir a suposta vaga, é necessário fazer alguns cursos de capacitação que são pagos. Após os cursos, a promessa é de vaga garantida com todos os benefícios que o emprego dos sonhos poderia oferecer. A vítima paga pelos cursos, mas ao procurar a empresa para fazer as aulas descobre que foi enganada.

### AMOR

O golpe do amor não é aplicado de um dia para outro. Os bandidos, normalmente estrangeiros, criam perfis falsos em sites de relacionamentos e redes sociais fingindo serem pessoas maravilhosas, que buscam namoro ou casamento. Após envolverem os alvos em longas conversas, que duram meses, eles ganham a confiança das vítimas. Prometendo relacionamento sério, inventam alguma história para pedir dinheiro emprestado, sempre garantindo que irão devolver.



## ARIELLE SAGRILLO SCARPATI

É professora da UVV e doutora em Psicologia Forense pela University of Kent (Canterbury, United Kingdom)

# A violência contra elas

/// Mulheres começam a reconhecer o funcionamento social que coloca na vítima a culpa pela agressão

A violência contra a mulher não é fenômeno recente, mas sua visibilidade sim. Termos como “feminicídio” e “relacionamento abusivo” ganham cada vez mais espaço nos noticiários e em rodas de conversas. Basta ligar a televisão ou fazer o login em redes sociais para se deparar com vídeos, comentários e imagens a respeito do “último caso” de violência doméstica e/ou sexual.

Graças ao movimento feminista, falamos abertamente sobre isso. Aos poucos, os véus que protegiam agressores e aprisionavam mulheres começam a ser retirados e a violência – que por muito tempo teve contornos de normalidade – começa a ser questionada. E, no próximo domingo, acontece o Dia Internacional da Não-violência Contra a Mulher.

Num movimento lento, gradual, porém absolutamente legítimo, mulheres começam a reconhecer as implicações de um funcionamento social que legitima discursos e práticas violentas e que coloca, na vítima, a responsabilidade pela agressão. Ao mesmo tempo, repensam seu lugar na sociedade e questionam os papéis que lhes são atribuídos.

Num movimento lento, gradual, porém absolutamente legítimo, começam a acolher umas às outras, e a exigir que suas vozes sejam ouvidas. E passam a rei-

vindicar não apenas um espaço de fala, mas também por providências. E isso é bom, mas não suficiente.

Na tentativa de romper com essa dinâmica, ainda esbarram na estrutura precária das instâncias responsáveis por recebê-las e no despreparo dos profissionais que ali atuam. Ao mesmo tempo ainda são bombardeadas por discursos que romantizam relacionamentos abusivos e dão ao agressor “autorização” para agir de maneira violenta.

Imersas numa lógica machista, ainda são educadas para acreditar que amor e ciúme são equivalentes, e que “posse” é sinônimo de cuidado. Como sociedade, alimentamos suas culpas, inseguranças e medos, e contribuímos para que permaneçam em relações adoecedoras... Reféns de seus agressores.

Da mesma forma, ainda são educadas para acreditar que cabe à mulher “se dar ao respeito” (como se não fosse dela, por direito) e que algumas, ao “falharem” nessa “missão”, acabam “fazendo por merecer” o ocorrido. São educadas para acreditar que “em briga de marido e mulher não se mete a colher” e que, na verdade, “até gostam de apanhar!”.

Como resultado, nos calamos diante dos gritos de socorro de Tatianes e Marias da Penha e assumimos a posição de telespectadores. Assistimos às tragédias alheias como quem assiste uma novela: falamos sobre elas, mas ainda estamos aprendendo a agir.

Cabe a nós continuar dando eco a essas vozes que começaram a se erguer e oferecer cuidado! Demos alguns passos, mas a caminhada ainda é longa: há muito a ser feito.



## Reportagem Especial



MODERNIZAÇÃO DA SEGURANÇA

# Novas tecnologias para combater o crime no Estado

**Câmera que localiza bandidos no escuro pela temperatura do corpo e celular que faz reconhecimento facial estão entre novidades**

Hemerson Costa  
Kananda Natelli

Fugas por matas e becos escuros e crimes cometidos em redes sociais, na sombra do anonimato, geralmente têm sido aliados de bandidos para escapar da polícia. Mas, as forças de segurança do Estado garantem que esses dias estão contados. Novas tecnologias para combater criminosos estão em teste e começam a ser usadas na próxima semana.

De golpes na internet a assalto à mão armada, na rua, tudo será mo-

nitado e checado em tempo real, com apoio dos serviços secretos das polícias Civil e Militar.

Entre os destaques das novas tecnologias estão celulares capazes de reconhecer o criminoso pelo rosto e drones com câmeras térmicas, que captam a temperatura do corpo e revelam o local exato do alvo a ser capturado.

"Essa câmera é uma ferramenta excepcional, principalmente em ocorrências de captura. Em locais densos, geralmente matas, é quase impossível enxergá-los, mas com o equipamento (drones com câmera térmica) é possível localizar e prender com precisão. Acompanhei isso em campo e vi que não há condições de se esconderem", revela o diretor de tecnologia da PM, coronel Sérgio Pereira Ferreira.

Outra novidade é a conexão dos policiais, via celular, com centrais das polícias. Ela está em teste e co-

meça a funcionar semana que vem.

"Hoje, o policial precisa ter um aparato tecnológico superior aos criminosos. E isso está relacionado aos dispositivos portáteis, smartphones. Estamos desenvolvendo uma série de produtos, dentro de uma plataforma chamada Batalhão Online", disse o coronel.

Na leva de aprimoramento tecnológico, existe uma linha considerada fundamental pela Secretaria da Segurança Pública (Sesp): a



FERNANDO RIBEIRO/AT

modernização da inteligência.

Neste setor, o destaque é investimento em estrutura física, com a construção do Centro de Inteligência da Polícia Militar – uma espécie de quartel general do serviço secreto de todos os batalhões da PM e aliado ao da Polícia Civil.

É neste prédio que todas as informações de investigações e monitoramento de bandidos, desde redes sociais a escutas telefônicas, autorizadas pela Justiça, vão estar reunidas.

**MILITARES NO CIDDES:** uma das novidades é a conexão via celular que poderá ser feita dos policiais com as centrais das polícias

## ALGUMAS NOVIDADES

## 1 Câmeras térmicas em drones

São capazes de flagrar criminosos em locais onde os olhos humanos não conseguem enxergar, como matas fechadas e áreas sem nenhuma luminosidade. As imagens são captadas pela emissão do calor humano (daí o nome térmica).



## 2 Batalhão On-line

Plataforma desenvolvida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado que inclui várias tecnologias recém-criadas, que já foram desenvolvidas ou estão em desenvolvimento para serem usadas em breve.



## 3 Reconhecimento facial de criminosos

Através de fotos tiradas pelos celulares dos policiais, vai ser possível fazer a consulta em tempo real do criminoso no banco de dados da PM e ter a certeza de quem é a pessoa abordada naquele momento. A base de dados já está disponível e vai receber, também, o cadastro de novos infratores.



## 4 Placas de veículos reconhecidas por fotos no celular

Policiais vão poder fotografar as placas dos veículos abordados (motos, carros, caminhões) e consultar on-line se existe alguma restrição como furto, roubo ou impedimento administrativo, como IPVA atrasado. Hoje, essa consulta é feita via rádio ao Cidades e demanda muito tempo.



## 5 Novo Centro de Inteligência do Serviço Secreto

Vai ser construído no local onde funcionava o 1º Batalhão da Polícia Militar de Vitória. No novo prédio ficará a sede do serviço secreto da PM e da Polícia Civil.



## 6 Novo Centro da Polícia Técnico-Científica

Vai ser construído em Vila Velha, ao lado do fórum da cidade. Nele estarão laboratórios de última geração, com equipamentos capazes de acelerar com precisão as investigações e divulgação de laudos de crimes investigados pela Polícia Civil. Promete ser um dos mais modernos do País.



# Dados da polícia na palma da mão



PLATAFORMA on-line: informações

Servindo como suporte para as novas tecnologias de combate ao crime no Estado, está a plataforma batizada com o nome de Batalhão Online. No sistema vão ser armazenadas as informações que serão monitoradas e acessadas pelos policiais através de smartphones.

O projeto está sendo concebido em fases. Na primeira, o policial recebe indicação de áreas onde ele pode ter o melhor aproveitamento nas abordagens e nas operações, que é o Gerenciamento de Rotinas Operacionais (GRO).

"Em seguida, ele pode fazer o despacho das ocorrências no smartphone, acelerando o atendimento", explicou o diretor de tec-

nologia da Polícia Militar, coronel Sérgio Pereira Ferreira.

A terceira fase do processo agrega recursos com o uso da câmera do celular para o policial fazer um reconhecimento de veículo abordado, sem precisar digitar nada, simplesmente tirando uma foto da placa. O sistema lê a imagem e revela tudo sobre o veículo.

A inovação permite, ainda, que a pessoa abordada seja identificada também por foto.

"É o reconhecimento facial. Com o telefone vai ser possível reconhecer o suspeito abordado, desde que esteja em nossos bancos de dados. O policial tira a foto e o rosto é reconhecido. Não há a possibilidade de o suspeito fornecer o

nome de outra pessoa para tentar escapar. Tudo isso pelo celular", frisou o diretor.

De acordo com o coronel, os dados que a PM possui sobre criminosos faz com que esse trabalho de identificação imediata seja possível. "A segurança já tem uma base criminal considerável. Daí, só utilizar os dados para o reconhecimento e também para cadastro de novos delinquentes. Com essas ferramentas, a ação policial se torna muito mais efetiva no enfrentamento ao crime."

O diretor de tecnologia informou que com os 500 smartphones funcionando na próxima semana, a primeira fase do processo de inovação estará implantada.



MODERNIZAÇÃO DA SEGURANÇA

# Mais agilidade nas investigações

A demora na conclusão de investigações que necessitam do serviço da polícia criminal está na mira da Secretaria da Segurança Pública do Estado (Sesp). Para isso, um novo Centro Integrado de Polícia Técnico-Científica vai ser construído em Vila Velha com o objetivo de tornar mais ágeis as investigações por parte da Polícia Civil.

De acordo com o secretário de Estado da Segurança, Nylton Rodrigues, a nova estrutura contará com tecnologias de ponta, além do Centro de Inteligência da Polícia Militar que vai ser construído em Vitória.

“Esse centro (em Vila Velha) vai maximizar a eficiência das nossas perícias criminais. Vamos ter como resultado disso, uma melhor inves-

tigação e elucidação de crimes.”

Serão investidos R\$ 44 milhões na construção do novo centro da Polícia Civil. Dentre as tecnologias adquiridas, o destaque fica para um programa de computador que é capaz de produzir os mais variados tipos de relatórios.

“É um software de última geração. Ele produz mapas de áreas com mais incidência de crimes. É uma ferramenta poderosa que vai nos auxiliar na gestão dos nossos recursos”, revelou o secretário.

Outros R\$ 35 milhões foram investidos na compra de equipamentos tecnológicos para uso da polícia criminal. Entretanto, por questões de segurança, essas tecnologias não serão informadas. Mas, fontes ligadas à secretaria revelaram que com eles será possível fazer o monitoramento de criminosos em todas as áreas, desde a internet até no meio das ruas.

Para o secretário, o investimento em tecnologia é fundamental para o combate ao crime no Estado, uma vez que auxilia o trabalho das polícias.

“Cito as obras que serão feitas porque não adianta comprar equi-



SECRETÁRIO NYLTON RODRIGUES segura um dos drones da PM, no Ciodes. Equipamento vai ter câmera térmica

“Vai maximizar a eficiência nas perícias e vamos ter, como resultado, melhor elucidação de crimes”

Nylton Rodrigues, secretário da Segurança

pamento e ter tecnologia, se não há local para colocar esses equipamentos”, ressaltou Rodrigues.

Os recursos para serem investidos em tecnologia e na construção

das unidades são provenientes de convênios do Estado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco Interamericano de Desen-

volvimento (BID). Parte dos equipamentos já foi entregue este ano, como veículos e armamentos. O restante chega no início do próximo ano.

OS INVESTIMENTOS

POLÍCIA MILITAR

Construção do Centro de Inteligência da Polícia Militar	R\$ 14.616.467,86
Construção do Centro Integrado de Polícia Técnico-Científica	R\$ 43.318.000
Compra de 800 computadores com monitores inclusos	R\$ 5.214.839
Aquisição de 12 drones	R\$ 114.342
Aquisição de 53 bases móveis	R\$ 12.971.202
Software para análise criminal	R\$ 35.714.430
Torres de rádios comunicadores	R\$ 3.411.600
Aquisição de 2.004 computadores, 50 notebooks, 300 câmeras para coleta dos policiais	R\$ 14.107.060
Equipamentos de tecnologia da informação (nobreak, HD externo, scanner de mesa, estabilizadores, câmeras fotográficas, projetor multimídia, fragmentadoras de papel)	R\$ 993.438

POLÍCIA CIVIL

Aquisição de 108 drones	R\$ 180.684
Contratação de novos módulos da Delegacia Online e Batalhão Online	R\$ 9.393.316
Software para análise criminal	R\$ 900 mil
Compra de 1.420 computadores	R\$ 8.617.600
Aquisição de 100 câmeras para coletas	R\$ 400 mil
Equipamento de raio X para o Departamento Médico Legal (DML)	R\$ 750 mil
Equipamentos de TI (computadores, wi-fi, scanners, webcam e outros para as delegacias)	R\$ 7.855.833

Obs: Os recursos são do Tesouro Estadual e de convênios com o BNDES e BID.

FONTE: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA

# Rapidez na hora de chamar viatura

O tempo que os operadores do Centro Integrado Operacional de Defesa Social (Ciodes) precisam para acionar uma viatura será reduzido com o uso de novas tecnologias utilizadas pela polícia.

De acordo com o secretário da Segurança Pública do Estado, Nylton Rodrigues, o atendente do Ciodes terá melhores condições de se comunicar com o policial, no momento de passar a ocorrência,

com o uso de uma pequena central que terá um computador que reúne todos os recursos necessários para a atividade, como softwares.

“Chamamos essa tecnologia de Consoles de Despacho. Ela amplia as possibilidades de gestão operacional e de comunicação.”

Segundo o secretário, outra possibilidade que o sistema permite é manter comunicação sigilosa com uma única viatura.

“Para se ter uma ideia, com um Console de Despacho, a gente pode falar com o policial que está na viatura, por meio de um celular. Se torna uma comunicação ponto a ponto. Se ele quiser passar a mensagem sigilosa, ele consegue passar apenas para uma viatura”, explicou o secretário.

Para a aquisição da nova tecnologia foram investidos mais de R\$ 3 milhões. O secretário acredita que o atendimento do Ciodes vai melhorar. “É de última geração. O Ciodes sobe de nível”, comemorou.



BASE MÓVEL DA PM equipada para acelerar resposta aos moradores

# Novo governo do Rio quer drone armado

O futuro governador do Rio, Wilson Witzel, e o senador eleito Flávio Bolsonaro, filho do presidente eleito Jair Bolsonaro, devem viajar para Israel para conhecer de perto um dos modelos de drone equipado com arma.

O equipamento tem capacidade de atirar enquanto sobrevoa regiões dominadas pela criminalidade. O modelo já é utilizado pelas forças israelenses no patrulhamento de suas fronteiras com territórios palestinos.

A proposta de Witzel é incentivar o “abate de criminosos” que estejam com armas de grosso calibre. Vão conhecer, ainda, equipamento que faz leitura facial com câmeras.

Diferente do Rio de Janeiro, no Estado, o uso do novo equipamento não é garantido pelos órgãos de segurança.

“É algo que assusta a população. Não temos interesse em trazer esse equipamento para cá”, disse o diretor de tecnologia da PM, coronel Sérgio Pereira Ferreira.

ANÁLISE

## “É importante que as polícias e o Judiciário estejam preparados”

“O investimento em tecnologia é de fundamental importância na era da internet. É muito importante que as polícias e o Judiciário estejam preparados, porque os crimes evoluem a passos largos. Passo que a legislação vai tentando acompanhar mas não consegue alcançar.

Então, é preciso ter um investi-

mento bem intensificado no que diz respeito à tecnologia. A contratação de software, drones, de aparelhagem para interceptação telefônica, tudo que diz respeito à tecnologia é de fundamental importância, especialmente com objetivo até mesmo de prevenir o cometimento de alguns crimes, como por exemplo, o

tráfico de drogas.

As interceptações telefônicas, a antecipação na investigação, com base na tecnologia que se ela por ventura detiver, vai reduzir o índice de criminalidade e vai possibilitar as polícias a lograr êxito a essas operações de forma mais eficiente. Vai antecipar os acontecimentos.”

Rivelino Amaral  
especialista em  
Direito Penal





# Juiz de futebol é espancado por técnico em jogo infantil

Jeferson Nunes foi agredido por treinador durante campeonato na Curva da Jurema, em Vitória. Vítima parou no hospital e caso na polícia

Tais de Hollanda

“Ele não parava. Me batia como se eu fosse um saco de batatas.” Emocionado, o árbitro Jeferson Nunes Vieira, de 31 anos, contou ontem como foi espancado por um técnico de uma escolinha de futebol infantil durante um campeonato no sábado, no campo Curva da Jurema, em Vitória.

O técnico, que atua na Serra, foi preso por lesão corporal grave, pagou fiança de R\$ 1 mil e foi solto. Jeferson teve a perna enfaixada devido a um edema e luxação. Hematomas no rosto e no peito ainda eram visíveis ontem, um dia após a agressão, que foi registrada por torcedores.

O caso foi às 16 horas de sábado. A vítima contou que era o terceiro de quatro jogos previstos para acontecer. No momento do espancamento, o jogo era entre atletas da categoria sub-12, em que o time do técnico estava em campo. Durante a partida, dois jogadores da mesma equipe e um adversário disputavam a bola no ar e um deles caiu.

“O jogador permaneceu caído, mas entendi que não houve falta e logo em seguida o time adversário fez gol. O técnico invadiu o campo e veio para cima de mim”, contou.

Xingando o árbitro, o acusado puxou Jeferson pela camisa. “Ele disse que eu não sabia o que estava fazendo. Me deu socos no peito. Mandei ele sair do campo. Cheguei a dar cartão vermelho e ele

“Fiquei revoltada por ele ser técnico de crianças e dar esse tipo de exemplo para eles”

Sônia Nunes, 53 anos, mãe da vítima

me deu um soco na cabeça e chutes que me derrubaram no chão.”

A vítima desmaiou, mas os chutes prosseguiram até que o agressor foi contido por outras pessoas no local. “Um pai de jogador, que é médico, fez os primeiros atendimentos e pais de alunos que eram policiais acionaram a PM.”

Ferido, Jeferson foi levado para o hospital São Lucas, onde passou por raio X e outros procedimentos.

O técnico foi ouvido na 1ª Delegacia Regional de Vitória, foi autuado e encaminhado ao presídio. Porém, em audiência de custódia, ele pagou fiança e foi liberado.

O nome do técnico não está sendo citado, pois ele não ficou preso. A reportagem ligou para o treinador, mas ele não atendeu e nem retornou às ligações.

Na tarde de ontem, o árbitro foi ao Departamento Médico Legal (DML) onde fez exame de corpo de delito. Ele estava acompanhado da mãe, a técnica de Enfermagem Sônia Nunes, 53 anos. “Fiquei revoltada por ele ser técnico de crianças e dar esse exemplo.”

O NÚMERO

**R\$ 1 mil**  
foi a fiança paga pelo técnico



JEFERSON Nunes Vieira está usando muletas. Ele fez exames no DML

JEFERSON NUNES VIEIRA ÁRBITRO

## “Ele destruiu meus sonhos”

Há menos de um mês para concluir o curso de arbitragem da Federação de Futebol do Espírito Santo, Jeferson Nunes Vieira, de 31 anos, foi vítima de agressão durante um jogo e acredita que os planos de se formar terão de ser adiados.

Ele foi agredido por um técnico de uma escolinha de futebol infantil da Serra. “Eu formaria em dezembro. Tinha um campeonato para fazer também e um cara vai e destrói meus sonhos (choro).”

**A TRIBUNA - Como foi a agressão?**

**JEFERSON NUNES VIEIRA -** Durante a partida, um jogador do

time dele caiu e ficou no chão. O técnico veio para cima de mim depois que o time adversário fez o gol. Ele me agarrou pela camisa e disse que eu tinha de aprender a ser homem.

Até de morte ele me ameaçou. Disse: “Nunca mais você vai apitar jogo. Vou quebrar suas pernas”. O médico mesmo disse que se ele tivesse pisado na minha perna tinha chances de quebrar, que foi um livramento de Deus (choro).

**> O senhor revidou?**

Em nenhuma hora o agredi. Ele me deu um soco na cabeça, na frontal, que já me deixou tonto. Os

chutes me fizeram cair. Ele não parou de me bater.

Fui ajudado por pais de alunos (choro). Disseram que ele saiu rindo depois da agressão. E contaram que na quinta-feira ele agrediu outro técnico.

**> Ele foi preso e liberado após pagar fiança de R\$ 1 mil. O que diz sobre este fato?**

Não é suficiente. Para mim ficou impune. Mas, judicialmente, ele vai responder. Tenho medo de encontrar ele. Não quero mais apitar jogo naquele local. Fiquei abalado e pretendo fazer tratamento psicológico.



# É hora de reduzir a maioridade penal?

Crimes cometidos por adolescentes têm sido frequentes e mantêm sempre aceso o debate: jovens com menos de 18 anos devem ser julgados e condenados como adultos?

## Redução não é a solução

**Verônica Bezerra** é advogada, mestranda da FDV e diretora de Direitos Humanos da OAB/ES

A redução da maioridade penal é tema que não sai da pauta política-jurídica-social e ganha força a cada caso em que um adolescente pratica um ato infracional. O discurso pelo endurecimento de medidas socioeducativas é apresentado como a saída mágica para a questão da criminalidade difusa urbana.

A medida fere um dispositivo constitucional, considerando que o artigo 228, da Constituição Federal de 1988, assegura que: "São penalmente inimputáveis os menores de 18 anos". A proposta de emenda constitucional, que analisa a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos, está em tramitação, e há uma pressão considerável para que seja aprovada. Conforme documento, a PEC prevê que a redução da maioridade penal se dará em caso de crime hediondo, homicídio doloso, roubo qualificado e lesão corporal grave seguida de morte.

A inclusão de jovens a partir de 16 anos no sistema prisional não iria contribuir para a sua reinserção na sociedade, tampouco reduziria a criminalidade que assola o país. Na verdade, anteciparia o encontro desses jovens com cenários perversos de encarceramento, dificultando ainda mais o caminho de volta, considerando que a situação do sistema prisional brasileiro, conforme relatórios nacionais e internacionais, não tem contribuído para o trabalho de ressocialização da pessoa em situação de privação de liberdade.

A pressão para a redução da maioridade penal está baseada em casos isolados, e não em dados estatísticos. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública, jovens entre 16 e 18 anos são responsáveis por menos de 0,9% dos crimes praticados no país. Se forem considerados os homicídios e tentativas de homicídio, esse número cai para 0,5%.

Ao invés de reduzir a maioridade penal, é determinante a efetivação de Políticas Públicas para a juventude, nas áreas da educação, saúde, assistência social, trabalho, renda e cultura, que funcionarão como proteção e prevenção para os jovens, ao passo que reduz a vulnerabilidade

A inclusão de jovens a partir de 16 anos no sistema prisional não iria contribuir para a sua reinserção na sociedade, tampouco reduziria a criminalidade que assola o país

deles ao crime e cria condições de vida. A antessala para uma política de responsabilização é uma política de cuidado para com a juventude. É preciso que esse jovem seja ouvido e enxergado como um sujeito de direito, e seu potencial seja considerado.

Outro detalhe que merece destaque é o público que seria afetado com a aprovação da medida, preferencialmente, jovens negros, pobres e moradores da periferia, na medida em que este é o perfil de boa parte da população jovem que se encontra internada nas unidades de socioeducação do país. Inexiste saída simples para questões complexas, é trabalho de cultivo e colheita, e que requer tempo e investimento. Há que se cuidar do broto, para que a vida nos dê flor e frutos.

## Meio caminho andado

**Solimar Soares da Silva** é escritor e juiz de Direito aposentado

Continua em discussão, agora com mais intensidade, um tema bastante polêmico, pois envolve a participação de adolescentes (pessoas entre 12 e 18 anos) nos crimes violentos.

Está em tramitação, no Senado Federal, uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional), já aprovada pela Câmara dos Deputados, dispondo sobre a redução da maioridade penal para 16 anos. (A Constituição Federal prevê, em seu artigo 228: "São penalmente inimputáveis os menores de 18 (dezoito) anos, sujeitos às normas da legislação especial".

Atualmente, segundo regra do Código Penal vigente, escrito em 1940, há, portanto, 78 anos, só os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis, ou seja, não podem se responsabilizar pelos atos que praticam, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial. Aqui, "legislação especial" significa ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Era um tempo em que, inclusive, a virgindade era preservada até o casamento...

Vivemos numa época em que qualquer adolescente, diante de um computador, tem acesso fácil a qualquer informação de qualquer parte do mundo. Hoje, a informática já faz parte do dia a dia de todos nós. Sem se falar na internet, que se amplia a todo instante,

Na forma prevista no ECA, que vigora há 28 anos, se o adolescente mata, estupra, assalta, ele não comete crime, mas pratica ato infracional

chegando às redes sociais... Esse instrumento milagroso está em todo lugar: nas empresas, nas escolas, nos hospitais, nas repartições públicas, nos fóruns, nas residências... Até no meio rural...

Pela lei civil em vigor, adquire a maioridade, aos 16 anos, o adolescente que for emancipado... (aí, ele vira Homem, com "H" maiúsculo); que se casa... (aí, ele vira chefe de família); que exerce emprego público... (aí, ele vira funcionário público); que cola grau em curso de ensino superior... (aí, ele vira doutor); que se estabelece comercialmente... (aí, ele vira empresário). É difícil de aceitar que um jovem que tem a faculdade de se alistar como eleitor e, por isso mesmo, pode escolher o presidente da República, não tenha discernimento! Durma-se com um barulho desses...

Na forma prevista no ECA, que vigora há 28 anos, se o adolescente mata, estupra, assalta, ele não comete crime, mas pratica ato infracional. E não será processado, mas responde a procedimento; e não será preso, mas, simplesmente, apreendido. E, ainda: esse "infrator", mesmo cometendo um crime violento, considerado hediondo, em nenhuma hipótese vai para a cadeia; ele será internado num estabelecimento educacional, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Portanto, chega de paliativos! Urge uma providência de impacto. Solução fácil: basta que nossos ilustres senadores confirmem o que já foi aprovado na Câmara dos Deputados e, já com meio caminho andado, aproveem a Proposta de Emenda Constitucional, permitindo, assim, que autor de crime hediondo, maior de 16 anos, seja colocado na cadeia, que é o lugar de bandido com máscara de adolescente.





## Poupadores vão à Justiça contra Gilmar Mendes

O Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu até a última sexta-feira 58 petições com questionamentos sobre a decisão do ministro Gilmar Mendes de travar o pagamento da correção dos planos econômicos.

O ministro mandou suspender a execução das ações que correm na Justiça sobre as perdas registradas entre os anos 1980 e 1990 para estimular a adesão ao acordo com os bancos. Ele é relator de uma das três ações que tratam da revisão dos Planos Bresser, Verão e Collor 2.

A decisão do ministro, de 31 de outubro e publicada no dia 7 de novembro, gerou polêmica e dúvidas entre poupadores e advogados. Eles pedem informações ou a reconsideração da ordem de Gilmar.

No recurso extraordinário do qual o ministro é relator, referente ao Plano Collor 2, há 23 embargos de declaração. Nesse caso, Gilmar atendeu a um pedido do Banco do Brasil e da Advocacia-Geral da União (AGU) ao determinar a suspensão da execução dos pagamentos em ações que já garantiam na Justiça o direito ao poupador.

O banco e a AGU alegam que esses casos têm desestimulado a adesão dos poupadores ao acordo firmado com os bancos e homologado pelo STF em março deste ano. A suspensão vale até fevereiro de 2020.

Entre os recursos protocolados por escritórios de advocacia e associações, a maioria pede o indeferimento da decisão do ministro em suspender os processos em execução e esclarecimentos sobre a decisão.

Na decisão, o ministro diz que homologou o acordo coletivo que trata dos Planos Cruzado, Bresser, Verão, Collor 1 e Collor 2. Ele ordena a paralisação de "todos os processos individuais ou coletivos, seja na fase de conhecimento, seja na execução, que versem sobre a questão".

De acordo com os recursos do Valera e Marcio Rosa Sociedade de Advogados, é preciso um esclarecimento pois a decisão está "genérica".

Questionado sobre a questão, o STF diz que a decisão se refere ao Plano Collor 2. A AGU não se posicionou. O escritório Marques e San Juan afirma que a decisão do ministro fere a Constituição Federal.



GILMAR MENDES: decisão



## DISCRIMINAÇÃO NO TRABALHO

# Empresas são investigadas por racismo e homofobia

São 908 companhias do Estado na mira do Ministério Público do Trabalho por causa de preconceito, incluindo machismo

Verônica Aguiar

Um total de 908 empresas no Espírito Santo são ou foram investigadas pelo Ministério Público do Trabalho no Estado (MPT-ES) por discriminação no ambiente de trabalho, nos últimos quatro anos. São denúncias de práticas como racismo, machismo e LGBTfobia (preconceito contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros).

Além disso, há situações de preconceito contra pessoas com deficiência ou com algum tipo de doença, como a Aids. O MPT recebe as denúncias e distribui para os procuradores. Eles avaliam se há informações suficientes para investigar e têm 30 dias para processar a entrega e começar ou não a apuração.

Geralmente, não são investigados casos em que a denúncia não fornece as informações básicas necessárias, como o nome da empresa.

A procuradora do MPT Keley Cristo explicou que, mesmo quando o denunciado é um empregado, a investigação é feita sobre a conduta da empresa, pois é ela quem tem que zelar pelo ambiente de trabalho: "A situação é investigada como um todo e quem responde é a empresa."

Quando condenada, a empresa paga indenização pelo dano moral coletivo e precisa mudar a conduta, para que o fato não se repita. O dinheiro vai para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e não para a vítima, que pode entrar com um pedido de indenização por danos morais junto à Justiça.

A procuradora explicou que, se o Ministério Público condenou a empresa, isso tem um peso. Mas não é por isso que a pessoa vai automaticamente ter seu pedido atendido pela Justiça do Trabalho. "Ela vai ter que provar que passou por aquela situação", lembrou.



"FALEI PARA DAREM UM JEITO, NO BANHEIRO MASCULINO EU NÃO IA"

BANHEIRO

## Luta por espaço

A costureira Laryssa Martins, 38, é mulher trans e contou que sofreu discriminação no trabalho. Duas empregadas da confecção onde ela trabalhava reclamaram aos superiores que Laryssa estava usando o banheiro feminino.

Ela foi chamada por eles, que pediram que ela usasse o banheiro masculino. "No dia eu chorei muito", contou. E acrescentou: "Falei para eles darem um jeito, porque no banheiro masculino eu não ia."

A situação foi resolvida com diálogo. Ela passou a usar o banheiro feminino de outro setor.



DEBORAH SABARÁ: judicializar

## Diálogo como ferramenta para barrar discriminação

O machismo, o racismo e a LGBTfobia estão presentes no mercado de trabalho. Contudo, a situação dos travestis é ainda mais delicada, pois eles sequer conseguem emprego, segundo a presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos e da Associação Gold, Deborah Sabará.

"É incomum travestis terem uma oportunidade de trabalho. Praticamente não temos travestis empregados", informou ela. Segundo Deborah, essas pessoas geralmente são empurradas para a prostituição, por não conseguirem uma oportunidade, devido ao preconceito.

Ela destacou que o Brasil é o país onde mais se mata travestis no mundo e que ao mesmo tempo é o que mais procura pornografia de travestis, de acordo com pesquisas.

Ela detalhou que há pessoas que a procuram quando enfrentam situações de preconceito e discriminação e que não são raros os casos.

"Eu oriento de acordo com a situação. Se for bullying, dependendo da forma como acontece, indico o diálogo. É importante a pessoa se posicionar. Pedir para não se utilizar das palavras preconceituosas e deixar claro que é um profissional que está exercendo a sua atividade e que exige respeito."

Ela detalhou que o diálogo é uma importante alternativa para evitar conflitos, já que existe a dificuldade de conseguir o emprego. "Ele seria uma forma de não se desgastar com a empresa."

Mas frisou que, dependendo do caso, se a conversa não resolver é preciso judicializar.

Ela ainda acrescentou que é importante que as empresas tenham rodas de conversa sobre diversidade, para evitar que esse tipo de situação aconteça no ambiente de trabalho.

De janeiro a setembro deste ano foram registrados, pelo menos, 1.673 pedidos de indenização por dano moral no Tribunal Regional do Trabalho (TRT-ES). Neles estão inseridos casos de discriminação, mas não há especificação sobre os tipos de situação.

O juiz da 7ª Vara do Trabalho de Vitória, Marcelo Tolomei Teixeira, destacou que o número de ações de dano moral motivadas por homofobia é bastante reduzido, talvez por receio das pessoas em fazer esse tipo de denúncia.

"O ato de denunciar é muito importante", ressaltou o juiz.



TOLOMEI disse que número de ações motivadas por homofobia ainda é pequeno e que as vítimas precisam denunciar

## ENTENDA

### Como denunciar

> AS DENÚNCIAS ao Ministério Público do Trabalho (MPT-ES) podem ser feitas pelo endereço eletrônico: [www.prt17.mpt.mp.br/servicos/denuncias](http://www.prt17.mpt.mp.br/servicos/denuncias). Outra opção é pelo telefone: 2125-4500.

> ELAS PODEM ser anônimas. É importante que os denunciantes forneçam o máximo de informações como nome da empresa, qual situação aconteceu, quando e onde, para que seja possível investigar.



SEDE DO MPT-ES: investigação

> ALÉM DISSO, é importante deixar algum contato para que o MPT possa tirar dúvidas com o denunciante ou pegar informações necessárias para que a investigação seja feita.

### Investigação

> AS DENÚNCIAS recebidas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT-ES) são automaticamente distribuídas para os procuradores.

> ELES AVALIAM se as informações são suficientes para apurar o caso e

têm 30 dias para processar a entrega e começar a investigação ou não.

### Condenação

> SE CONDENADA, a empresa paga indenização pelo dano moral coletivo – o dinheiro vai para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) – e adota medidas para que o fato não se repita.

### Coordenadoria

> O MINISTÉRIO Público do Trabalho

tem uma coordenadoria específica para promoção da igualdade de oportunidades e a eliminação da discriminação no trabalho.

### Justiça do Trabalho

> TAMBÉM é possível entrar com um pedido de indenização na Justiça do Trabalho. Nesse caso, se o pedido for atendido, a indenização vai para a vítima.

Fonte: Ministério Público do Trabalho.



## DISCRIMINAÇÃO NO TRABALHO

## Recrutadores denunciam preconceito em seleção

Empresas especializadas em recrutar trabalhadores afirmam que há casos em que as corporações fazem exigências preconceituosas. Como exemplo, citam empresários que não querem em sua equipe gays, pessoas gordas ou que não tenham boa aparência.

O CEO da Heach Brasil, EUA e América Latina e membro da Sociedade Americana de Recursos Humanos, Elcio Paulo Teixeira, contou que já passou por situações desse tipo. "Aconteceu algumas vezes conosco e a gente não aceita a proposta da empresa. Recusamos o cliente", explicou.

Ele enfatizou que não há dúvidas de que o preconceito no mercado de trabalho existe em diversos graus, em relação a cor, sexo, idade, orientação sexual, onde mora e aparência.

Ele acredita que esse tipo de comportamento é fruto da falta de conhecimento por parte de empresários. "Muitas vezes eles

acham que se tiver um funcionário gay, ele vai dar em cima dos outros. Ou que se tiver um funcionário gordo, ele vai ser mais lento. Isso não existe", destacou.

A diretora executiva de Diversidade da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-ES), Cynthia Molina, explicou que, nesses casos, é importante mostrar à empresa, com base em números e estudos, como a diversidade contribui para melhorar os resultados.

"Está comprovado que equipes diversas são mais criativas e inovadoras e têm maior produtividade",

**“Está comprovado que equipes diversas são mais criativas e inovadoras e têm maior produtividade”**

Cynthia Molina, diretora da ABRH-ES

destacou Cynthia.

Em relação aos profissionais já contratados, ela explicou que o RH tem o papel importante de acolhimento às minorias. Há casos, inclusive, em que o próprio gestor da empresa está sendo preconceituoso.

A especialista em recursos humanos Roberta Kato explicou que é preciso criar meios para resolver esses problemas sem expor o colaborador.

"Já vi casos em que a pessoa buscou o RH, que falou para o gestor. E o funcionário sofreu retaliações depois. Por isso, acredito que é importante tratar de maneira genérica, para garantir que a orientação é para todos."

Segundo ela, é importante tratar a mudança cultural da empresa, não no individual, para assim evitar situações semelhantes no futuro. "As vezes só um funcionário verbaliza, mas os outros estão tendo esse comportamento de maneira mais velada", observou.



CYNTHIA disse que a área de recursos humanos deve acolher as minorias

## SAIBA MAIS

## Piadas ofensivas são comuns

## Preconceito

O PRECONCEITO e a discriminação estão presentes no mercado de trabalho de diversas formas. Desde os processos seletivos até o convívio diário dentro das empresas.

## Seleção

QUANDO ESSE tipo de situação acontece na seleção, fica mais difícil provar os critérios utilizados para a escolha. Embora a lei garanta o direito a igualdade, muitas vezes é possível provar que a empresa tem uma política homofóbica e racista.

## Trabalho

NO AMBIENTE de trabalho os casos mais comuns são de piadas ofensivas.

## Enfrentamento

ESPECIALISTAS apontam que tratar a cultura da empresa, abordar a importância da diversidade e trazer in-

formações para circular nesse ambiente podem ajudar no processo de inclusão.

ATIVISTAS do movimento LGBT explicam que, ao passar por uma situação dessas no ambiente de trabalho, é importante se posicionar, pedindo respeito.

ALÉM DE DEIXAR claro que sua orientação sexual não interfere no desempenho de suas atividades de trabalho.

## Denúncias

OS CASOS podem ser denunciados para a própria empresa, caso tenha um canal para isso. Ou mesmo levando para o RH. É possível manter o anonimato.

TAMBÉM há a possibilidade de denunciar ao Ministério Público do Trabalho ou entrar com uma ação de indenização por danos morais na Justiça do Trabalho.

Fonte: Especialista consultados.



AMBIENTE DE TRABALHO: preconceito pode ser exposto durante convívio

## Escolha de equipe às cegas

A seleção às cegas é uma forma de recrutamento que visa a diminuir as chances dos recrutadores discriminarem os candidatos, seja de forma consciente ou inconsciente, por preconceitos ou por falta de foco nos aspectos profissionais.

De acordo com a especialista em recursos humanos Roberta Kato, nesse tipo de seleção, o candidato omite no currículo algumas informações, como sexo, cor, idade e estado civil, para evitar preconceitos. A prática busca focar a seleção no desempenho e no conhecimento técnico do profissional.

O candidato é escolhido com base em sua formação e experiência, entre outros aspectos. As outras informações são conhecidas pelos recrutadores somente na entrevista e, a partir daí, o processo de contratação continua normalmente.

O modelo começou a ser utilizado na Europa, por organizações que buscam alto rendimento, e tem sido disseminado. A técnica já é adotada por grandes companhias, como é o caso das filiais brasileiras da Nubank e a GE.

No Espírito Santo este tipo de seleção já é feita. Além disso, há empresas daqui que fazem a seleção às cegas para empresas de outros estados.

Em uma companhia que promove a diversidade e a inclusão, o clima organizacional tende a ser mais agradável e estimulante, dizem especialistas.



ROBERTA: informações omitidas

## Evento debate violência contra mulheres trans e lésbicas

Na quinta-feira, a partir das 8 horas, vai ser realizado um seminário na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) para falar sobre violência de gênero.

A presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos e da Associação Gold, Deborah Sabará, destacou que serão abordadas questões sobre violência contra mulheres trans, lésbicas e bissexuais.

No evento serão abordados temas como a aplicabilidade da Lei Maria da Penha, por exemplo, no caso de um relacionamento entre duas mulheres. E haverá participação de delegada, defensora pública e ativistas do movimento LGBT.

O evento é gratuito e aberto ao público, sem necessidade de inscrições prévias. Mais informações serão divulgadas por meio da página do facebook pt-br.facebook.com/associacaogold/.

## ANÁLISE

## "Constituição diz que todos são iguais perante a lei"

A Constituição Federal dispõe que todos são iguais perante a lei, sem qualquer distinção de cor, raça, crença, gênero, etc... Mas, infelizmente, essa não é a realidade da nossa sociedade. E, não é diferente nas relações de trabalho.

Ainda há racismo, homofobia e machismo dentro das empresas. Aquele(a) que for vítima de trata-

mento humilhante em virtude de cor, orientação sexual e/ou gênero deve comunicar imediatamente o fato a seu superior hierárquico e, sendo o agressor o próprio superior, poderá o(a) empregado(a) pedir demissão e comunicar o fato à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego e/ou ao Ministério Público do Trabalho ou ajuizar re-

clamação trabalhista postulando a rescisão indireta (rescisão por ato faltoso do empregador) do contrato de trabalho, com base no art. 483, "e", da CLT.

Neste caso, o empregado tem os mesmos direitos daquele que foi dispensado sem justa causa, como por exemplo, o acesso ao seguro-desemprego."

Adriestley Esteves de Assis, advogado trabalhista





## | REPORTAGEM ESPECIAL |

# POSSE DE ARMA NO FOCO DO CONGRESSO EM 2019

## Nova bancada pode tirar do papel mudanças na legislação

LETÍCIA GONÇALVES  
lgoncalves@redgazeta.com.br

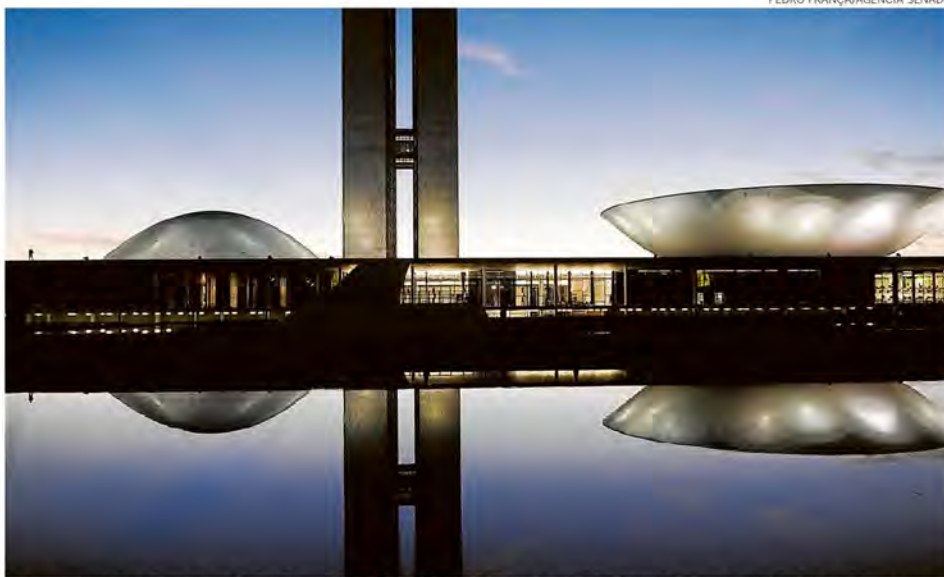
O gesto de imitar armas com as mãos, do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) e de seus eleitores, pode ganhar contornos práticos a partir da chegada dos novos integrantes da Câmara dos Deputados, em fevereiro. Autor do projeto de lei 3722, que tramita na Casa desde 2012 e prevê regras mais flexíveis para a posse e o porte de armas, Rogério Peninha (MDB-SC) se diz confiante.

“A nova composição do Congresso tende a ser mais conservadora, alinhada ao que Bolsonaro e eu defendemos. Está alinhada também ao novo momento político do país, que mostrou nas urnas uma guinada à direita. Creio que conseguiremos aprovar o PL 3722”, diz o deputado, que foi reeleito.

“Conversei com o presidente eleito e ele concordou em deixarmos para o primeiro semestre de 2019. Esperamos bastante tempo, não custa aguardar mais alguns meses, quando teremos um Parlamento mais adequado à vontade popular”, complementou.

A segunda maior bancada da Câmara, por exemplo, será composta pelo partido de Bolsonaro. Com membros tanto do PSL quanto de outras legendas, ganhou corpo também a chamada “bancada da bala”, favorável ao armamento da população civil.

Se o PL 3722 for aprovado, nos termos do texto original, tanto na Câmara quanto no Senado e for sancionado pelo presidente, isso vai significar a revogação do Estatuto do Desarmamento, de 2003. Algumas das mudanças seriam as seguintes: em vez de 25, uma pessoa precisaria ter, no mínimo, 21 anos para adquirir



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Congresso Nacional, onde mudanças na legislação brasileira são votadas por deputados e senadores



*“Sou a favor de o cidadão capacitado ter sim o direito de escolher: ter ou não uma arma, se ele cumprir os requisitos fundamentais”*

**SORAYA MANATO**  
DEPUTADA FEDERAL  
ELEITA PELO PSL

uma arma; quem tem antecedentes criminais ainda ficaria proibido de obter o armamento, mas se o crime for culposos (por imprudência, não intencional), pode-

ria adquirir, sim; não seria mais preciso apresentar uma justificativa, o “atestado da efetiva necessidade”, para ter a posse da arma (dentro de casa) ou o porte (na rua); o trâmite burocrático para se adquirir uma arma seria reduzido e o tempo para a liberação do registro, também.

Na justificativa do projeto, Peninha aponta que “o desarmamento civil se revelou integralmente fracassado para a redução da violência, seja aqui ou em qualquer lugar do mundo”.

### RISCOS

A tese do parlamentar, de uso de armas por cidadãos comuns para melhoria da segurança pública, é, no mínimo, controversa. A comparação com outros países também é temerária, uma vez que as diferenças entre o Brasil e outros lugares vão além do armamento ou não da população.



*“A princípio, sou contra, porque não há evidências de que liberando as armas você melhoraria a segurança pública”*

**FELIPE RIGONI**  
DEPUTADO FEDERAL  
ELEITO PELO PSB

Assessor de Relações Institucionais do Instituto Sou da Paz, Felipe Angeli avalia que a intenção dos agentes e parlamentares pró-armas é só uma: “Não

se trata de melhorar a segurança, se trata de vender mais armas”.

“Não é uma questão de esquerda X direita, não é uma questão de opinião, ideologia, gostar ou não de armas. Há uma correlação científica entre o aumento de armas e o aumento no índice de homicídios e de mortes acidentais. E a gente não busca desarmamento, e sim controle sobre as armas e munições. Esse projeto é o do descontrole de arma”, alerta.

O tema pode passar também pela mesa do futuro ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro.

“A questão não é redução ou não da criminalidade. O senhor presidente eleito foi eleito com base nessa posição e me parece que existe um compromisso com seus eleitores”, afirmou Moro, em entrevista ao Fantástico, da TV Globo.

### ENTENDA

#### O PROJETO

##### ► 2012

O projeto de lei 3722 tramita na Câmara dos Deputados desde 2012. Ele já está pronto para ir à votação em plenário, o que deve ocorrer, por acordo entre o autor da proposta, Rogério Peninha (MDB-SC), e o presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL), no ano que vem.

#### ► Efeito prático

Se o texto for aprovado integralmente pela Câmara, pelo Senado e assim sancionado pelo presidente, as regras para comprar, possuir (em casa) e portar (na rua, por exemplo) uma arma serão mais flexíveis e, consequentemente, mais pessoas comuns poderão se armar.

#### ► Regras

Para isso, algumas regras seriam alteradas. Hoje, por exemplo, é preciso ter ao menos 25 anos e apresentar um atestado de efetiva necessidade para adquirir uma arma. A avaliação sobre a real necessidade cabe à Polícia Federal. Pessoas com antecedentes criminais não podem ter uma arma.

#### ► Novas regras

Pelo projeto, pessoas com ao menos 21 anos já poderiam se armar; não seria mais preciso apresentar o atestado de necessidade; pessoas que cometeram ou são investigadas por crime doloso (sem intenção), poderiam se armar; a quantidade de munição permitida aumentaria.



## A FAVOR

## “Quero devolver aos cidadãos seu direito de legítima defesa”

Rogério Peninha, deputado federal, autor de projeto de lei para liberar mais armas

◀ O deputado federal Rogério Peninha (MDB-SC) é autor do projeto de lei 3722 para liberar mais armas à população.

**Por que o PL 3722/2012 não foi votado até hoje?**

Por falta de vontade do presidente da Câmara, que prometeu pautar o projeto por diversas vezes, mas não cumpriu. O projeto está pronto para ser pautado no plenário desde 2015, aguardando apenas a iniciativa do presidente da Casa.

**Por que reduzir de 25 para 21 anos a idade mínima para a aquisição de arma de fogo?**

Até 2003, quando entrou em vigor o Estatuto do Desarmamento, a idade mínima já era de 21 anos. Com 16 anos de idade, as pessoas podem eleger seus representantes. Com 18 anos, já podem dirigir e responder à Justiça pelos seus atos. Por que aguardar até 25 anos para poder adquirir legalmente uma arma de fogo?

**Críticos do projeto dizem que os verdadeiros beneficiados com a revogação do Estatuto do Desarmamento seriam os fabricantes**



AGÊNCIA CÂMARA

**países com mais armas, legais, nas mãos da população, o índice de homicídios é menor do que no Brasil. Mas esses países têm outras especificidades também. Via de regra, têm uma economia mais forte, menos desigualdade social e diferentes características culturais. O que garante que, se mais armada, a população**

**brasileira estaria mais segura?**

Veja o caso do Paraguai, que tem índices de desenvolvimento piores que o Brasil. A taxa de analfabetismo é maior, a renda per capita também é mais baixa... Mesmo assim, o país registra proporcionalmente quatro vezes menos assassinatos que nós. A taxa só não é menor porque o Paraguai faz fronteira conosco. A legislação paraguaia é uma das menos restritivas da América do Sul. Qualquer cidadão pode comprar uma arma de fogo, desde que apresente a cópia da identidade, certidão de antecedentes criminais e um teste técnico.

**de armas. O que o senhor tem a dizer sobre isso?**

Na política, existe uma turma que não move um dedo sequer se não houver algum benefício financeiro. Acostumados com esse modus operandi, eles tentam medir todos com essa mesma régua. Eu não estou preocupado se uma empresa vai receber mais ou menos dinheiro quando meu projeto for aprovado. Minha luta é única e exclusivamente para devolver aos cidadãos seu direito de legítima defesa. **Normalmente, quando o debate sobre o armamento da população se instala surge o argumento de que em**

## CONTRA

## “Se for aprovado, vai aumentar o número de homicídios”

Felipe Angeli, assessor de Relações Institucionais do Instituto Sou da Paz

◀ Assessor de Relações Institucionais do Instituto Sou da Paz, Felipe Angeli acompanha com preocupação a tramitação do projeto de lei.

**Que riscos o senhor vê no caso da aprovação do PL 3722?**

O principal e mais grave é a autorização do porte de arma, que hoje é restrito. Há ainda a redução da idade mínima para que se possa comprar uma arma (de 25 para 21 anos) e o aumento do número de munições que poderão ser compradas. Outra questão é retirar da Polícia Federal a responsabilidade pelo registro e passar às Polícias Militares. Isso descentralizaria o sistema e seria um problema para o rastreamento de armas. É também grave retirar a vedação para aquisição de armas por quem é condenado por crimes culposos. Se o projeto for aprovado, vai ter aumento no número de homicídios. Isso é fato, não é opinião. Há cidades dos Estados Unidos com facilidade para aquisição de armas com índices de homicídios muito altos, como Baltimore e Detroit. Não se trata de melhorar a se-



DIVULGAÇÃO

se sentido, teríamos mais motivos para ter esperança. Se está ruim, pode ficar muito pior.

**Algumas pessoas acham que se o bandido imagina que a vítima está armada vai até desistir de agir.**

Tem assalto a carro-forte. Quando o criminoso decide assaltar um carro-forte ele sabe que as pessoas estão muito bem armadas. Você vê no Rio os conflitos entre facções rivais, com armas pesadas dos dois lados. O criminoso tem o risco na ação dele. Não entendo essa lógica.

gurança, se trata de vender mais armas.

**O deputado Peninha disse que no Paraguai, com mais armas, há menos homicídios que no Brasil.**

Se o Paraguai é um modelo de segurança para ele, boa sorte.

**Se com restrição a armas a violência está alta, por que não liberar?**

Seria ingênuo achar que uma única legislação vai resolver o problema da violência no país. Existe uma série de outras coisas: racionalizar o sistema prisional, reformar o modelo de policiamento, reformar o sistema de Justiça. Se fôssemos nes-

Por que haveria uma avaliação de risco por parte de quem vive de risco? O mundo em que eu quero viver é um mundo que não é um bang-bang.

**Se o projeto passar, pode haver questionamentos ao STF?**

Com certeza. O projeto estabelece a legítima defesa patrimonial. Não tem como justificar tirar uma vida por causa de um celular, uma geladeira, um carro. Hoje, a Constituição prevê que uma vida, mesmo a de um criminoso, vale mais que isso. Para você tirar a vida de alguém, a única coisa que justifica é salvar outra vida.



## PEDIDO DO PSOL

## Ministro nega suspender reajuste salarial do STF

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou, na sexta-feira, um pedido do PSOL que questionava o aumento de 16,38% no salário dos ministros do próprio STF, que fará os contracheques passarem de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,2 mil. A alegação principal do partido é que houve vício na tramitação

do projeto no Congresso. O aumento foi aprovado no Senado no último dia 7 e no dia seguinte o líder do PSOL na Câmara, deputado Chico Alencar, protocolou um mandado de segurança na Corte. No pedido o PSOL argumentava que, como houve uma alteração do texto no Senado, ele deveria voltar para a Câmara, onde já havia sido apro-

vado em 2016, o que não aconteceu pois o texto seguiu direto para a sanção do presidente Michel Temer. A expectativa é de que Temer sancione o reajuste até o dia 28, último dia de prazo.

Lewandowski aplicou entendimento já pacificado na Corte de que os supostos vícios apontados pelo PSOL tratam de interpretação de normas do regimento interno do Congresso, sendo assim, questões internas do Poder Legislativo, onde o Judiciário não pode avançar. (Agência O Globo)



# LEONEL XIMENES



LXIMENES@REDEGAZETA.COM.BR | TEL.: 3321-8521

## ***Aumento do Judiciário é automático no Estado***

Se for sancionado o aumento de 16,38% no salário dos ministros do STF, aqui no Espírito Santo o Tribunal de Justiça não precisará pedir autorização à Assembleia Legislativa nem passar pelo crivo do governo, pois já existe uma lei que autoriza o reajuste automático do Judiciário.

### **A lei**

A autorização está no artigo 125 da Lei Complementar 788 de 19 de agosto de 2014.



| NOVO GOVERNO |

# Moro antecipa saída da Justiça Federal para virar ministro

**Juiz havia entrado de férias, mas decidiu pedir exoneração do cargo após ser alvo de críticas**

SÃO PAULO

◀ O juiz Sérgio Moro antecipou seu desligamento da Justiça Federal e entregou ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), na manhã de ontem, seu pedido de exoneração da 13ª Vara Federal de Curitiba, responsável pelos processos da Operação Lava Jato, para ser superministro da Justiça e Segurança Pública do governo de Jair Bolsonaro.

Ao aceitar o convite do presidente eleito, Moro pediu férias de sete dias, entre os dias 5 e 21 de novembro. Ele havia informado que pediria novas férias entre 21 de novembro e 19 de dezembro e que só pediria exoneração do cargo de juiz nos últimos dias do ano. Neste período, iniciou a montagem de sua equipe.

Ao antecipar sua exoneração, Moro afirmou, por nota, que "houve quem reclamasse que eu, mesmo em férias, afastado da jurisdição e sem assumir cargo executivo, não poderia sequer participar do planejamento de ações do futuro governo".

Moro informou ainda que sua permanência na magistratura permitiria que seus dependentes continuassem a "usufruir de cobertura previdenciária integral no caso de algum infortúnio" devido ao



Sérgio Moro ao lado do economista Paulo Guedes ao anunciar que aceitou convite de Bolsonaro para ser ministro

contexto de ameaças.

Ele ainda disse que não pretende "dar azo a controvérsias artificiais, já que o foco é organizar a transição e as futuras ações do Ministério da Justiça".

Também ontem, o desembargador federal Thompson Flores, presidente do TRF-4, assinou a exoneração de Moro do cargo de juiz federal. Com isso, o magistrado deixará a toga a partir da próxima segunda-feira, após 22 anos de carreira.

Até se exonerar, Moro concluiu um processo do ex-presidente Lula na primeira instância: o relativo

*"Houve quem reclamasse que eu, mesmo em férias, afastado da jurisdição e sem assumir cargo executivo, não poderia sequer participar do planejamento de ações do futuro governo"*

SÉRGIO MORO  
EM NOTA

ao triplex do Guarujá (SP), em que o petista foi condenado por corrupção e lavagem de dinheiro. Com a confirmação da decisão pelo TRF-4, Lula começou a cumprir a pena.

## APURAÇÃO

A interlocutores, Moro disse que antecipou sua exoneração para evitar "eventuais surpresas". O fato de ele ter aceitado ser ministro e ter iniciado os estudos de plano de ação no governo ainda exercendo o cargo de juiz, mesmo estando de férias, levou a uma abertura de apuração no Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

No último dia 9, o ministro corregedor, Humberto Martins, instaurou procedimento para apurar se Moro se envolveu em "atividade político-partidária", o que é proibido. Martins deu 15 dias para Moro se manifestar e determinou que a Corregedoria do TRF-4 fosse notificada. O caso segue em sigilo de Justiça.

Um dos questionamentos partiu da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia. A entidade alegou que Moro teria iniciado tratativas para exercer outro cargo público ainda durante o exercício da magistratura. (Agência O Globo)

## Volta ao cargo de juiz só com novo concurso

◀ Depois de ser exonerado da Justiça Federal, Sérgio Moro só poderá voltar ao cargo de juiz se for aprovado em um novo concurso público, começando da base da carreira.

"Após a exoneração, ele fica sem nenhum vínculo com a magistratura. Ele está abrindo mão de todos os benefícios da magistratura", explicou o advogado Fábio Medina Osório, ex-ministro da Advocacia-Geral da União (AGU) e doutor em Direito Administrativo, em entrevista para A GAZETA no último dia 12.

O subsídio de um juiz federal é de R\$ 28.947,55. O Portal da Transparência da Justiça Federal da 4ª Região mostra que, em outubro, somando R\$ 5.287,81 em indenizações, que são benefícios como auxílio-moradia e auxílio-alimentação, o total de rendimentos de Moro foi de R\$ 34.235,36. Com os descontos de Imposto de Renda e Previdência, o valor líquido foi de R\$ 24,9 mil.

Agora, ao assumir a função de ministro, que é um cargo de confiança, de livre nomeação e exoneração, Moro vai receber um salário de R\$ 30.934,70 (brutos).

## Vaga pode ser disputada por 232 magistrados

◀ Após a saída de Sérgio Moro da 13ª Vara Federal de Curitiba, na próxima segunda-feira, ao menos 232 juizes federais titulares poderão se candidatar à cadeira deixada pelo magistrado e assumir o incrível acervo de processos da Lava Jato em primeira instância.

A lista inclui todos os juizes federais titulares que atuam no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), que abrange os Estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ao todo, o

tribunal conta com 233 juizes titulares, mas, com a saída de Moro, o número cairá para 232.

### DURAÇÃO

O processo interno de seleção, denominado remoção, deverá durar um mês. Ainda não há previsão para a publicação de edital de remoção, mas uma vez divulgado, os juizes titulares deverão apresentar suas candidaturas nos dez dias seguintes.

No topo da lista estão, pela ordem, os juizes federais Luiz Antônio Bonat

(Curitiba), Tais Schilling Ferraz (Porto Alegre), Marcelo de Nardi (Porto Alegre), Alexandre Gonçalves Lippel (Porto Alegre), Hermes Siedler da Conceição Júnior (Porto Alegre), Eduardo Vandrê Oliveira Lema Garcia (Santa Cruz do Sul), Altair Antônio Gregorio (Porto Alegre) e Loraci Flores de Lima (Santa Maria).

Todos esses oito juizes titulares ingressaram no TRF-4 no mesmo dia: 25 de maio de 1994, quatro anos depois de Moro, que ingressou como titular no

tribunal em 24 de novembro de 1998.

O critério de seleção do processo de remoção será baseado na antiguidade, ou seja, no tempo de atuação do magistrado como juiz titular e, depois, como juiz substituto. Em caso de empate, será utilizado o critério de colocação no concurso público.

Neste critério de classificação, o juiz Luiz Antônio Bonat, da 21ª Vara Federal de Curitiba, aparece na primeira colocação.

Se nenhum juiz titular apresentar candidatura, a

vaga será aberta em um edital de promoção aos juizes federais substitutos, que poderão concorrer à cadeira pelos mesmos critérios de antiguidade e colocação no concurso público.

Até a escolha do substituto de Moro, os processos da Operação Lava Jato continuarão sob a tutela da juíza substituta Gabriela Hardt, que na última quarta-feira interrogou o ex-presidente Lula na ação penal do sítio de Atibaia. (Agência Estado)



Fachada da Justiça Federal no Paraná: escolha de juiz



COMBATE ÀS DROGAS

# Justiça manda internar à força 503 viciados

Governo do Estado já gastou R\$ 27 milhões com tratamentos neste ano. Segundo especialistas, medida deve ser a última opção

Eliane Proscholdt  
Lucas Rezende

No rastro dos cachimbos de crack e dos pinos de cocaína, um drama que envolve parentes desesperados, juizes e o Estado: de janeiro a agosto deste ano, a Justiça obrigou a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) a fazer 503 internações de viciados de

forma compulsória.

Os custos das internações são bancados pelo governo do Estado, que já desembolsou R\$ 27 milhões de janeiro a agosto deste ano.

No entendimento do juiz de Direito da Vara de Órfãos e Sucessões da Serra, Thiago Vargas Cardoso, a internação à força é uma medida drástica e deve ser a última opção.

"Primeiro, a gente tem de ter certeza que todos os outros meios não internativos se esgotaram. Percebemos que a família já quer matar formiga com canhão. Mas isso tem um custo elevadíssimo. E ocorrem várias reincidências. Há casos em que a família sabe que haverá uma possível alta e já pede para manter a internação".

Ao traçar o perfil dos usuários,

com base nas sentenças, o juiz disse que, em sua maioria, são jovens do sexo masculino.

O magistrado informou que, por mês, em média, concede cinco internações. A título de comparação, em 2016, a média era de 30. A discrepância dos números se dá porque o juiz mudou os critérios de apreciação dos pedidos.

"Depois que adotei esse procedimento de exigir que o autor vá até os centros de Atenção Psicossocial (CAPs) e traga a comprovação dessa regulação do paciente, caiu muito", revela.

Ele salientou ainda que o médico tem o dever de providenciar a internação involuntária do usuário quando entender necessária, sem necessidade de autorização do Ju-

diciário, bastando comunicar ao Ministério Público.

Mas para o secretário de Estado da Saúde, Ricardo de Oliveira, "internação é jogar dinheiro fora" e não resolve. "Você interna, ele volta para casa. Depois, volta a internar. Precisamos refazer a estrutura de atendimento. Já, inclusive, estamos apresentando isso ao Judiciário", anunciou.

Quem detalha é a subsecretária de Estado da Saúde, Joanna Barros de Jaegher. "Começa com uma equipe de médicos, enfermeiros, assistentes sociais, que vão trabalhar no reconhecimento dos pacientes, como tratá-los. Depois, é necessário aumentar o número de CAPs, leitos de saúde mental e hospitais gerais", disse.

SAIBA MAIS

## Tipos de internações

### 1 Voluntária

- > É AQUELA em que o dependente químico quer se tratar e ele próprio busca esse tratamento.
- > SE NÃO TIVER CONDIÇÕES financeiras de arcar com o tratamento, o dependente recorre à Justiça para que o Estado possa custear a internação.

### 2 Involuntária

- > OCORRE SEM O CONSENTIMENTO do dependente químico, mas a família entende que é necessária e tem condições financeiras para custear o tratamento. Assim, ela faz a internação diretamente na clínica. Contudo, é necessário ter um laudo psiquiátrico atestando essa necessidade.

### 3 Compulsória

- > É AQUELA EM QUE o dependente químico não quer se internar e a família também não tem condições de pagar o tratamento. Para isso, é preciso ter uma autorização da Justiça, que avalia criteriosamente os relatórios médicos para atestar a necessidade da internação.

### QUANDO É INDICADA

- > PELA LEI 10.216/2011, "a internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes".

### ONDE BUSCAR AJUDA

- > A PORTA DE ENTRADA para o tratamento de pacientes com transtornos mentais, inclusive por uso abusivo de álcool e outras drogas, é a unidade básica de saúde.
- > OS CASOS GRAVES são encaminhados para o Centro de Atendimento Psicossocial (CAP).
- > NOS CASOS EXTREMOS, quem não tem condições de pagar advogado poderá procurar a Defensoria Pública no município onde reside.

LEONE IGLESIAS - 23/09/2018



USUÁRIOS de drogas em Vila Velha

## DESEJO

### Segunda chance

Integrante de um grupo de 10 usuários, na Praia do Suá, em Vitória, uma jovem de 26 anos foi a única a levantar a mão ao ouvir uma pergunta da reportagem se alguém tinha vontade de se internar.

Sem dormir por quatro noites e fumando várias pedras de crack, ela aceitou conversar com a equipe. Contou que sua mãe é enfermeira, tem uma irmã que faz faculdade de Administração e outra que é Menor Aprendiz em uma grande empresa.

A jovem revelou que sonha com uma segunda chance. "O que falta? Vergonha na cara", disse, no primeiro momento. Em seguida, reformulou a frase, já com lágrimas: "Não é fácil se livrar deste vício, que começo há 10 anos. É um desejo inexplicável de fumar, fumar".

Na primeira internação, ficou oito meses. "Minha mãe e o pastor pagavam R\$ 1,2 mil por mês, mas voltei para as drogas".

“Quería ter força para buscar ajuda, mas não é fácil. Já fiquei internada, mas voltei para as ruas”

Jovem de 26 anos



## REVELAÇÕES NAS CRACOLÂNDIAS

### “Há muita burocracia”

Enquanto percorria algumas cracolândias em Vitória e na Serra, na última quinta-feira, a reportagem de A Tribuna se deparou com algumas situações inusitadas.

Em uma delas, na capital, enquanto a reportagem conversava com uma usuária de drogas, um carro se aproximou, deu marcha à ré. A porta se abriu e o motorista, com os olhos muito vermelhos, questionou o que estava acontecendo.

Após explicar que a equipe fazia

uma reportagem sobre internações, ele disse: "Era para eu estar indo agora para uma clínica". Questionado sobre o que tinha contribuído para a mudança de trajeto, ele disparou: "Há muita burocracia".

Do seu lado, um viciado andava de um lado para outro com uma tesoura. Outro, segurava uma faca. Ambos não queriam falar sobre o tema, assim como alguns usuários em outros pontos, como em Jardim Limoeiro, na Serra.



COMBATE ÀS DROGAS / TORNEIRO MECÂNICO

## “Perdi empregos e dois casamentos”

Tudo começou experimentando crack e cocaína com um colega de trabalho. Dali em diante, a vida de um torneiro mecânico, de 38 anos, desabou: perdeu dois casamentos, entrou para o tráfico de drogas e chegou a roubar a própria mulher.

Viveu em meio a viciados na Vila Rubim, em Vitória, até ser internado em Cariacica. Há um ano longe das drogas, ele usou o intervalo do seu horário de almoço, na última quinta-feira, para conversar com a reportagem.

Diferentemente do passado, ele saiu da indústria onde trabalha e fala sobre o drama que viveu durante oito anos.

**A TRIBUNA - Como você se envolveu com as drogas?**

**TORNEIRO MECÂNICO** - A decadência começou em fevereiro de 2006, quando sai da igreja, por influência de um colega de trabalho, que disse que usava crack e cocaína. Ele comprou, fui na onda. Usei também crack com maconha. Fiquei muito doído! Com isso, minha vida acabou. Comecei a usar e me envolvi com o tráfico.

**> Qual o maior tempo seguido ficou se drogando?**

Foram quatro dias seguidos! Sem dormir e me alimentar! Fiquei no Parque Moscoso e na Vila Rubim, em Vitória. Estava usando

muito, muito crack. Cheguei a vomitar e sair bile (secreção amarelada armazenada na vesícula biliar). Estava só o desespero e a ansiedade, querendo usar.

**> O que sentia?**

Sensação de prazer juntamente com medo à flor da pele. Eu ficava imaginando que se eu estivesse fumando, a polícia iria aparecer. Mas, no meu subconsciente, pensava na minha família. Me perguntava também o que eu estava fazendo. Sentia sensação de alívio, impotência e sem força para sair.

**> Como manteve o vício?**

No início, eu trabalhava. Com o passar do tempo, perdi empregos. Usei a rescisão para comprar droga. Em uma delas, foram R\$ 6 mil. Em outra, R\$ 4,5 mil. As coisas que ficaram dentro de casa, eu comecei a destruir. Levei um computador. Eu usava de café, pedindo dinheiro emprestado, inventando histórias.

Cheguei ao ponto de me envolver com o tráfico. Comecei a vender cocaína. Se eu lucrava R\$ 500, usava tudo em crack. Uma vez, peguei o dinheiro da minha esposa. Já cometi dois assaltos à mão armada.

**> O que perdeu com o vício?**

Perdi tudo. Todos os meus sonhos foram roubados. Eu perdi

“Foram quatro dias seguidos! Fiquei no Parque Moscoso e na Vila Rubim, em Vitória. Estava usando muito, muito crack”



**TORNEIRO** mecânico, que não quis se identificar, disse que entrou para o tráfico de drogas e roubou a própria mulher

muitos empregos, dois casamentos e me afastei da minha família.

**> Ficou internado?**

Uma vez, em uma clínica em Cariacica. Ali tive meus conflitos com a realidade, se eu queria ser alguém ou continuar do jeito que estava. Fiquei três meses. Uma vez, o pastor disse que não basta ficar 10 anos internado se não tiver atitude. Eu me permito porque vi que estava no fundo do poço.

**> Como foi a internação?**

Cheia de altos e baixos. Querendo ou não, a gente está num mundo onde a droga está na bandeja. Quando a gente é dependente, não

tem regra. Se tem R\$ 20, a gente usa droga. Na clínica, tínhamos que seguir regra: horário de acordar, comando a ser seguido. Às vezes, tinham conflitos, o jeito da rua que queria impor lá dentro. A crise de abstinência, no meu caso, era muito psicológica. Eu tive ansiedade, que me fez sentir o gosto do crack. Uma coisa de doído!

**> E como saiu dessa?**

Minha esposa, minha guerreira. Ela já foi na boca de fumo atrás de mim. Lá, tinha deixado um Pálio penhorado para pagar dívidas de drogas. Depois disso, pensei: “Vou ser estatística ou alguém que ven-

ceu na vida?”

**> Não usa há quanto tempo?**

Há um ano. Tomei essa decisão quando vi que estava no fundo do poço. Em 2013, saiu um mandado de busca e apreensão. Sem conseguir trabalho, disse para a minha esposa: “Quero reconstruir a minha vida”.

Eu me entreguei e fiquei dois anos e quatro meses preso por assalto. Desde esse dia para cá, comecei a reconstruir uma nova história. Tive dificuldades, cá, mas tem um ano que estou limpo e tem sete meses que eu estou novamente na presença do Senhor.



**HOMEM** fuma crack: 2.271 dependentes químicos foram atendidos neste ano

## Mil reais por atendimento

Mil reais por mês. É o que o governo do Estado paga, por pessoa, às comunidades terapêuticas, para que elas prestem atendimentos aos viciados.

Os atendimentos são realizados pelo Programa de Valorização à Vida, da Secretaria de Estado de Direitos Humanos.

Neste ano, até o último dia 8, foram 2.271 dependentes químicos atendidos. Dessas pessoas que procuraram atendimento, 328 foram acolhidas em comunidades terapêuticas.

Em 2017, foram atendidos 1.932 dependentes químicos. Desse total, 316 foram acolhidos em comunidades terapêuticas.

Também há previsão de pagamento de R\$ 1.500 no caso de o dependente ser adolescente ou gestante (não há nenhuma pessoa sendo atendida nessas condições).

Hoje, o governo do Estado conta com 135 vagas de acolhimento, distribuídas em cinco comunidades terapêuticas que ficam nos municípios de Cariacica, Viana, Afonso Cláudio, Itapemirim e Linhares.

Há mais duas comunidades em conclusão de credenciamento para ampliação da oferta para um total de 190 vagas.

Sobre o tempo que cada paciente permanece nas comunidades, 61% ficam até três meses.

## Só 30% se curam do crack

Apenas 30% dos viciados em crack conseguem, de fato, cura após tratamento. A análise é de especialistas ouvidos pela reportagem.

Médico psiquiatra e professor da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Valdir Campos explica o motivo: “O crack é uma droga extremamente viciante, que causa uma dependência muito severa”, diz.

“A ação do crack no organismo ocorre em torno de cinco minutos, já atingindo o cérebro em dez segundos. Por ter ação e efeito rápidos, é extremamente viciante”, completa.

O psiquiatra paulista Bruno Rasmussen Chaves, que atende depen-

dentés químicos há 27 anos, também já declarou que a estimativa é de que os tratamentos habituais, em geral, curam de 30% a 35% dos dependentes.

Médico psiquiatra e professor da Universidade Vila Velha (UVV), Valber Dias Pinto conta que as internações compulsórias podem chegar até seis meses e o tratamento multidisciplinar precisa envolver terapia ocupacional, psicoterapia e medicamentos específicos. “Depois, tem que continuar com tratamento ambulatorial, porque é uma doença crônica, que vai acompanhar a pessoa para o resto da vida.”

O também psiquiatra Vicente Ramatis é favorável à internação compulsória, desde que se perceba através de avaliação que o paciente perdeu a condição de lutar contra o vício sozinho: “É um absurdo simplesmente deixar alguém se matando aos poucos. É até falta de compaixão pelo próximo”.

Médico com especialização em dependência química, João Chquer acredita que a explicação para o número cada vez maior de viciados necessitando de internações está nas frustrações financeiras, no desemprego, nos problemas familiares, sociais, na exclusão e nas decepções em relacionamentos.

“Se veem no fundo do poço e acabam procurando fugas complicadíssimas como essa”, comentou.



**VALDIR CAMPOS: “Ação rápida”**

## Novo secretário é a favor das internações compulsórias

Futuro secretário de Estado da Segurança Pública no governo de Renato Casagrande, o delegado federal Roberto Sá é a favor das internações compulsórias.

“O que eu imagino, mas não sendo especialista nesta área de tratamento clínico, é que chega certo momento em que essa pessoa perde a capacidade de se autodeliberar. Quando isto acontece, alguém tem de deliberar por ela”, justificou Roberto Sá.

Ciente de que o drama das drogas abastece o tráfico de drogas, que influencia na crise da segurança abarcada por sua futura pasta, Roberto Sá, que já foi secretário da Segurança no Rio de Janeiro, disse que teve “oportunidade de viver e vivenciar políticas exitosas nessa área, cujo protagonista é a assistência social municipal, com a polícia entrando como apoio”.

“A situação do viciado, de vulnerabilidade, é mais de assistência de saúde, do que propriamente de segurança. É uma ação integrada, em que temos de saber que abordagem vamos dar para quem já está, lamentavelmente, doente em razão do vício. A polícia entra com investigação do tráfico”, disse.



# ACORDO PODE PÔR FIM A AÇÕES CONTRA SAMARCO

## Linhares, Baixo Guandu e Colatina estão avaliando proposta

Trinta e nove municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo receberam uma proposta de dividir pouco mais de R\$ 53 milhões como ressarcimento dos gastos extraordinários feitos em decorrência da tragédia de Mariana (MG). Porém, há contrapartidas como abrir mão de ações judiciais em curso.

A proposta foi encaminhada às prefeituras pela Fundação Renova, entida-

de criada para gerir a reparação de todos os danos causados na Bacia do Rio Doce, e detalha todas as contrapartidas.

No Espírito Santo, as prefeituras de Linhares, Baixo Guandu e Colatina, principais cidades afetadas pela lama, não revelaram quais valores foram propostos, apenas que receberam o documento e que estão avaliando a situação.

Baixo Guandu acrescen-

tou que "existe uma longa negociação em curso, mas que não houve ainda liberação de recursos. A promessa é de uma verba de R\$ 11,2 milhões para serem investidos em projetos relacionados à qualidade da água", informou em nota. A prefeitura disse que está preparando projetos para fazer 100% do tratamento de efluentes da cidade.

O rompimento da barragem da mineradora Sa-

marco completou três anos no último dia 5. O cálculo e ressarcimento dos gastos públicos extraordinários fazem parte de um dos programas previstos no acordo para reparação dos danos causados, firmado em março de 2016 entre a Samarco, suas controladoras Vale e BHP Billiton, a União e os governos de Minas Gerais e do Espírito.

Os gastos extraordinários incluem, por exemplo,

a mobilização de funcionários da prefeitura além da jornada de trabalho, a contratação de serviços emergenciais e a aquisição de equipamentos para lidar com a tragédia.

Pela proposta da Fundação Renova, os 39 municípios atingidos repartiriam os R\$ 53 milhões, sendo cerca de R\$ 41 milhões apenas para as cidades mineiras e os outros R\$ 12 milhões para cidades mineiras

e capixabas.

Em nota, a Fundação Renova informou que já ressarciu 90% das despesas extraordinárias do governo federal e dos governos estaduais e que, para os municípios, foi adotada nova metodologia para calcular esses gastos, baseada na estimativa. Segundo a Fundação Renova, após a entrega dos documentos, o prazo para transferência dos recursos será de 30 dias.



Cor do rio em Regência mudou, mas problemas continuam

## Extinção de processo movido no Reino Unido

A ação movida no exterior é uma das que deveriam ser abandonadas, conforme a proposta da Fundação Renova. O processo foi aberto na Justiça do Reino Unido pelo escritório anglo-americano SPG Law e tem como alvo a mineradora inglesa BHP Billiton.

A SPG Law tem tradição em mover ações coletivas contra empresas multinacionais e obteve sucesso recentemente contra grandes representantes da indústria farmacêutica dos Estados Unidos. No caso da tragédia de Mariana, tanto pessoas físicas quanto jurídicas foram incluídas na ação. Para ad-



Fotos mostram como ficaram o Rio Doce e o mar de Linhares quando a lama chegou ao Espírito Santo

vogados do escritório, a tramitação no Reino Unido tende a ser mais rápida do que a que está no Brasil. No início do mês, eles anunciaram que houve mais de 250 mil

adesões, entre elas empresas e prefeituras, além da Igreja Católica.

A cláusula 8 do termo de quitação proposto pela Fundação Renova às prefeituras



CARLOS ALBERTO SILVA - 03/12/2015 E VITOR NOGUEIRA - 23/11/2015

menção diretamente essa ação judicial. O pagamento a cada prefeitura ficaria condicionado à comprovação de que ela desistiu do processo no Reino Unido. Além

disso, o município precisaria se comprometer a não abrir em jurisdições estrangeiras nenhum outro procedimento que esteja relacionado à tragédia de Mariana.

Ao tomar conhecimento da proposta, a SPG Law enviou mensagem às prefeituras alegando que o valor oferecido pela Fundação Renova, de R\$ 53,3 milhões é inferior a 0,5% da previsão inicial de indenização que poderia ser obtida no âmbito da ação movida no Reino Unido. "A proposta de acordo encaminhada trata tão somente de indenização dos gastos extraordinários, não da indenização integral dos danos, como pleiteado perante o tribunal inglês".

Ainda conforme o documento, a proposta fere a lei inglesa, pois foi apresentada após a notificação da ação.



# Ação na Justiça para manter as regras do programa Mais Médicos

## Alterações propostas por Bolsonaro fizeram Cuba se retirar de parceria com o Brasil

« A Defensoria Pública da União (DPU) anunciou ter entrado com uma ação civil pública na Justiça Federal de Brasília para manter as regras atuais do Mais Médicos. As mudanças no programa, anunciadas pelo presidente eleito Jair Bolsonaro, foram o motivo de o governo cubano determinar a saída de seus profissionais, que representam pouco mais da metade dos mais de 16 mil médicos participantes. Segundo a DPU, o objetivo da ação é garantir a continuidade dos serviços prestados à população, uma vez que 29 milhões de pessoas podem ficar sem médico de uma hora para outra no país.

Na última quarta-feira, o Ministério da Saúde Pública de Cuba anunciou a decisão de deixar o programa Mais Médicos, criado durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff. Cu-

ba enviava profissionais para atuar no Brasil desde 2013. O governo cubano informou que todos os médicos deixarão o programa até 25 de dezembro.

### REGRAS

Bolsonaro é contra a retenção de parte dos salários dos cubanos. Diferentemente dos médicos de outros países, eles não embolsam todo o salário. O governo de Cuba fica com uma parte. O presidente eleito também é favorável à obrigatoriedade do Revalida, o exame de revalidação do diploma para quem se formou no exterior. Os participantes do Mais Médicos, sejam eles cubanos ou não, são dispensados do Revalida.

Os defensores argumentam que mudanças no programa, como a exigência da revalidação do diploma, precisam passar por um estudo prévio de impacto e comprovação da eficácia. Também lembram que o STF considerou o Mais Médicos constitucional.



TV de Cuba mostrou chegada de primeiros médicos, tratados como heróis

### RETORNO

Não há um cronograma detalhado para a saída dos médicos cubanos. A Secretaria de Saúde do Estado (Sesa) recebeu alerta de que a saída seria imediata, mas as passagens aéreas estão sendo aos poucos emitidas pela Organização Pan-Americana de Saúde (Opas). Alguns médicos cubanos, in-

clusive, já chegaram ao país de origem e foram recebidos com festa.

Os médicos foram recebidos pela vice-ministra de Saúde Pública, Regla Angulo Pardo, que elogiou os profissionais e agradeceu o apoio dos brasileiros.

"Ratificamos a decisão de não seguir participando do programa Mais Médi-

cos, no Brasil, devido às manifestações servis deste laço do império, o novo presidente eleito do Brasil, que não tem conhecimento nem preparo para ser presidente desse país e que não se interessa pela saúde do povo brasileiro. Nós entregamos o melhor", disse o médico cubano José Ángel Véliz à CubaTV.

## Bolsonaro faz crítica ao atendimento

« O presidente eleito Jair Bolsonaro afirmou ontem que é "injusto" e "desumano" destinar aos mais pobres o atendimento médico por parte de profissionais cubanos "sem qualquer garantia" de qualidade.

Para ele, o governo brasileiro não tem comprovação de que os profissionais de saúde enviados por Cuba sejam competentes e, por isso, voltou a defender que eles passem por uma prova para revalidar o diploma e atuar no Brasil.

"Eu nunca vi uma autoridade no Brasil dizer que foi assistida por um médico cubano. Será que nós devemos destinar aos mais pobres profissionais, entre aspas, sem qualquer garantia? Isso é injusto. Isso é desumano", disse Bolsonaro, que voltou a falar em asilo para os profissionais.

## ENTENDA O PROGRAMA

### MAIS MÉDICOS

#### ► O que é?

Criado em 2013, no governo Dilma Rousseff (PT), tem como eixo a contratação de médicos para atuar em postos de saúde de municípios e localidades onde faltam profissionais. Inclui ainda ações de expansão do número de vagas de cursos de graduação, especialização e residência médica e melhoria de infraestrutura da saúde.

### PARTICIPAÇÃO

#### ► Quem pode participar?

A prioridade é para aqueles com registro no país. Isso inclui médicos brasileiros formados no Brasil, mas também estrangeiros formados aqui e brasileiros ou estrangeiros formados fora do Brasil que tiveram seus diplomas revalidados pelo governo brasileiro (isso acontece por meio de uma prova, chamada Revalida). Se ainda restarem vagas, a oferta é liberada para médicos brasileiros formados no exterior que não tiveram o diploma revalidado. Não sendo



Médicos cubanos chegam ao Estado em 2013

preenchidas as vagas, podem ser chamados médicos estrangeiros formados no exterior e sem diploma revalidado no Brasil. Por fim, se todas essas categorias não completarem o número de vagas oferecidas, são chamados os médicos cubanos.

### SALÁRIO

#### ► Quanto recebem?

Atualmente R\$ 11.865,60. Os cubanos, contudo, recebem de 30% a 40% deste valor. Além disso, todos os médicos, inclusive os cubanos, têm alimentação e

moradia custeadas pelas prefeituras das cidades.

#### ► Como é o contrato e o pagamento a Cuba?

Os cubanos recebem apenas parte do valor da bolsa paga pelo Mais Médicos. Isso porque, no caso de Cuba, o acordo que permite a vinda dos profissionais é firmado com a Opas (Organização Panamericana de Saúde). O contrato, portanto, não é firmado individualmente com cada médico, já que eles são funcionários do Ministério da Saúde Pública de Cuba. O governo brasileiro paga à

Opas o valor integral do salário, que, por sua vez, repassa a quantia ao governo cubano. Havana paga uma parte ao médico, e retém o restante, que é usado para investir nos serviços públicos cubanos.

### BOLSONARO

#### ► Quais as exigências feitas de Bolsonaro?

Segundo publicação do presidente eleito no Twitter, a continuidade do acordo foi condicionada à "aplicação de teste de capacidade, salário integral aos profissionais cubanos" e à "liberdade para trazerem suas famílias".

### REGRAS

#### ► Quais as regras para revalidação do diploma de medicina no Mais Médicos?

Os profissionais formados no exterior, sejam brasileiros ou estrangeiros, podem atuar por até três anos (tempo de duração do contrato) pelo Mais Médicos sem necessidade de passar pelo Revalida. Isso foi considerado legal pelo Supremo Tribunal

Federal. Para que possam renovar o contrato, contudo, é necessário a revalidação do diploma.

### ATUAÇÃO

#### ► Qual o tipo de atuação desses médicos cubanos?

Eles atuam em programas de saúde da família, que oferece consultas e assistência básica em postos de saúde, assim como os demais profissionais do Mais Médicos.

### LOCAIS

#### ► Para onde foram os médicos cubanos?

Os cubanos são o último grupo na lista de prioridade para alocação de vagas. Ou seja, ficaram com as vagas que não foram preenchidas por brasileiros e por estrangeiros de outras nacionalidades. Assim, a maioria dos cubanos foi para locais que os outros profissionais não quiseram ir. Isso inclui periferias de cidades grandes, municípios menores e com menos estrutura e distritos indígenas.

## Formado com Fies na vaga de cubano

« O ministro da Saúde, Gilberto Occhi, vai propor ao presidente eleito Jair Bolsonaro chamar médicos formados usando recursos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para substituir os cubanos que estão sendo retirados do programa Mais Médicos.

O ministro não explicou, no entanto, como seria feita essa chamada específica. O Fies é um fundo do governo federal que oferece financiamento para estudantes cursarem o ensino superior em universidades privadas.

Occhi, informou que o edital de seleção para escolher os médicos que devem substituir os cubanos será lançado ainda em novembro. "Nossa intenção é que, à medida que surgirem vagas, médicos brasileiros, com CRM brasileiro, já possam fazer opção. Depois vamos abrir para médicos brasileiros formados no exterior", detalhou o ministro da Saúde.



| NOVO GOVERNO |

# Moro antecipa saída da Justiça Federal para virar ministro

**Juiz havia entrado de férias, mas decidiu pedir exoneração do cargo após ser alvo de críticas**

SÃO PAULO

▲ O juiz Sérgio Moro antecipou seu desligamento da Justiça Federal e entregou ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), na manhã de ontem, seu pedido de exoneração da 13ª Vara Federal de Curitiba, responsável pelos processos da Operação Lava Jato, para ser superministro da Justiça e Segurança Pública do governo de Jair Bolsonaro.

Ao aceitar o convite do presidente eleito, Moro pediu férias de sete dias, entre os dias 5 e 21 de novembro. Ele havia informado que pediria novas férias entre 21 de novembro e 19 de dezembro e que só pediria exoneração do cargo de juiz nos últimos dias do ano. Neste período, iniciou a montagem de sua equipe.

Ao antecipar sua exoneração, Moro afirmou, por nota, que "houve quem reclamasse que eu, mesmo em férias, afastado da jurisdição e sem assumir cargo executivo, não poderia sequer participar do planejamento de ações do futuro governo".

Moro informou ainda que sua permanência na magistratura permitiria que seus dependentes continuassem a "usufruir de cobertura previdenciária integral no caso de algum infortúnio" devido ao



Sérgio Moro ao lado do economista Paulo Guedes ao anunciar que aceitou convite de Bolsonaro para ser ministro

contexto de ameaças.

Ele ainda disse que não pretende "dar azo a controvérsias artificiais, já que o foco é organizar a transição e as futuras ações do Ministério da Justiça".

Também ontem, o desembargador federal Thompson Flores, presidente do TRF-4, assinou a exoneração de Moro do cargo de juiz federal. Com isso, o magistrado deixará a toga a partir da próxima segunda-feira, após 22 anos de carreira.

Até se exonerar, Moro concluiu um processo do ex-presidente Lula na primeira instância: o relativo

*"Houve quem reclamasse que eu, mesmo em férias, afastado da jurisdição e sem assumir cargo executivo, não poderia sequer participar do planejamento de ações do futuro governo"*

SÉRGIO MORO  
EM NOTA

ao triplex do Guarujá (SP), em que o petista foi condenado por corrupção e lavagem de dinheiro. Com a confirmação da decisão pelo TRF-4, Lula começou a cumprir a pena.

## APURAÇÃO

A interlocutores, Moro disse que antecipou sua exoneração para evitar "eventuais surpresas". O fato de ele ter aceitado ser ministro e ter iniciado os estudos de plano de ação no governo ainda exercendo o cargo de juiz, mesmo estando de férias, levou a uma abertura de apuração no Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

No último dia 9, o ministro corregedor, Humberto Martins, instaurou procedimento para apurar se Moro se envolveu em "atividade político-partidária", o que é proibido. Martins deu 15 dias para Moro se manifestar e determinou que a Corregedoria do TRF-4 fosse notificada. O caso segue em sigilo de Justiça.

Um dos questionamentos partiu da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia. A entidade alegou que Moro teria iniciado tratativas para exercer outro cargo público ainda durante o exercício da magistratura. (Agência O Globo)

## Volta ao cargo de juiz só com novo concurso

▲ Depois de ser exonerado da Justiça Federal, Sérgio Moro só poderá voltar ao cargo de juiz se for aprovado em um novo concurso público, começando da base da carreira.

"Após a exoneração, ele fica sem nenhum vínculo com a magistratura. Ele está abrindo mão de todos os benefícios da magistratura", explicou o advogado Fábio Medina Osório, ex-ministro da Advocacia-Geral da União (AGU) e doutor em Direito Administrativo, em entrevista para A GAZETA no último dia 12.

O subsídio de um juiz federal é de R\$ 28.947,55. O Portal da Transparência da Justiça Federal da 4ª Região mostra que, em outubro, somando R\$ 5.287,81 em indenizações, que são benefícios como auxílio-moradia e auxílio-alimentação, o total de rendimentos de Moro foi de R\$ 34.235,36. Com os descontos de Imposto de Renda e Previdência, o valor líquido foi de R\$ 24,9 mil.

Agora, ao assumir a função de ministro, que é um cargo de confiança, de livre nomeação e exoneração, Moro vai receber um salário de R\$ 30.934,70 (brutos).

## Vaga pode ser disputada por 232 magistrados

▲ Após a saída de Sérgio Moro da 13ª Vara Federal de Curitiba, na próxima segunda-feira, ao menos 232 juizes federais titulares poderão se candidatar à cadeira deixada pelo magistrado e assumir o incrível acervo de processos da Lava Jato em primeira instância.

A lista inclui todos os juizes federais titulares que atuam no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), que abrange os Estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ao todo, o

tribunal conta com 233 juizes titulares, mas, com a saída de Moro, o número cairá para 232.

### DURAÇÃO

O processo interno de seleção, denominado remoção, deverá durar um mês. Ainda não há previsão para a publicação de edital de remoção, mas uma vez divulgado, os juizes titulares deverão apresentar suas candidaturas nos dez dias seguintes.

No topo da lista estão, pela ordem, os juizes federais Luiz Antônio Bonat

(Curitiba), Tais Schilling Ferraz (Porto Alegre), Marcelo de Nardi (Porto Alegre), Alexandre Gonçalves Lippel (Porto Alegre), Hermes Siedler da Conceição Júnior (Porto Alegre), Eduardo Vandrê Oliveira Lema Garcia (Santa Cruz do Sul), Altair Antônio Gregorio (Porto Alegre) e Loraci Flores de Lima (Santa Maria).

Todos esses oito juizes titulares ingressaram no TRF-4 no mesmo dia: 25 de maio de 1994, quatro anos depois de Moro, que ingressou como titular no

tribunal em 24 de novembro de 1998.

O critério de seleção do processo de remoção será baseado na antiguidade, ou seja, no tempo de atuação do magistrado como juiz titular e, depois, como juiz substituto. Em caso de empate, será utilizado o critério de colocação no concurso público.

Neste critério de classificação, o juiz Luiz Antônio Bonat, da 21ª Vara Federal de Curitiba, aparece na primeira colocação.

Se nenhum juiz titular apresentar candidatura, a

vaga será aberta em um edital de promoção aos juizes federais substitutos, que poderão concorrer à cadeira pelos mesmos critérios de antiguidade e colocação no concurso público.

Até a escolha do substituto de Moro, os processos da Operação Lava Jato continuarão sob a tutela da juíza substituta Gabriela Hardt, que na última quarta-feira interrogou o ex-presidente Lula na ação penal do sítio de Atibaia. (Agência Estado)



Fachada da Justiça Federal no Paraná: escolha de juiz





**RECEITA:** medida também inclui improbidade administrativa entre crimes

# Lista com nome dos suspeitos de sonegação

**Nova portaria da Receita Federal permite a divulgação de comunicados feitos ao Ministério Público com dados de contribuintes**

## BRASÍLIA

A Receita Federal publicou uma portaria que autoriza a divulgação, em seu site, dos comunicados encaminhados ao Ministério Público, com dados e nomes de contribuintes suspeitos de cometerem crimes como contra a Previdência, contrabando e sonegação de impostos.

As informações são do jornal Valor Econômico. Esses documentos são chamados de representações fiscais com fins penais.

A medida foi elogiada por alguns especialistas, pela transparência, mas apelidada por outros de "lista negativa ou suja", porque seria uma forma de constranger o contribuinte a quitar débitos que ainda poderiam ser discutidos na Justiça.

Os auditores fiscais, ao identificarem fatos que possam ser crimes,

comunicam ao Ministério Público, para que o órgão tome as medidas cabíveis — abertura de inquérito, ação penal ou arquivamento.

A Portaria 1.750 atualiza o procedimento que já era regulamentado. Trouxe, porém, a novidade da publicidade desses atos e amplia o rol de crimes, com a inclusão da improbidade administrativa.

Até então, estavam previstos os crimes contra ordem tributária, Previdência Social, contrabando ou descaminho, contra a administração pública, falsidade de títulos, documentos públicos e lavagem de dinheiro.

Segundo a portaria, serão divulgados dados como nome dos envolvidos — pessoa física ou jurídica —, Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), número do processo, além do ato ou fato que levou à representação.

Essas informações serão atualizadas mensalmente no site da Receita Federal, até o dia 10. A norma estipula que só será possível excluí-las do portal com a extinção do débito, por decisão administrativa ou judicial que deixar de considerar a pessoa a responsável ou por determinação judicial.

## Tema divide especialistas

O advogado Leo Lopes, sócio da FAS Advogados, criticou, em entrevista ao jornal Valor Econômico, a criação do que chama de "lista suja", por entender que a Receita implementará uma forma de coação dos contribuintes, tendo como justificativa a Lei de Acesso à Informação.

"A partir do momento em que há a divulgação de uma ação tão delicada como essa para o público, a pessoa fica pressionada a pagar aquele débito, mesmo que não tenha culpa comprovada", disse.

Apesar do possível constrangimento ao contribuinte, o tributarista Eduardo Salusse afirma que se trata de uma medida de transparência, mas com o recado geral de que "não há impunidade" e que as medidas contra infratores serão efetivamente tomadas.

Já a advogada I Jen Huang vê como positiva a transparência da portaria, mas diz ser preciso acompanhar na prática como a medida funcionará. "Esse avanço deverá ser acompanhado".



**GIRO RÁPIDO****Decisão judicial contra atividade da Vale no Pará**

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região decidiu que a Vale deverá pagar indenização às comunidades indígenas xikrin e kayapó, por supostos danos ambientais e à saúde no sul do Pará, determinando ainda a paralisação das atividades de mineração de ferro-níquel da unidade Onça Puma. A paralisação, segundo o Ministério Público Federal, deverá ocorrer até que a empresa cumpra obrigações socioambientais.



## STF prepara compra de carro blindado para ministros

O Supremo Tribunal Federal (STF) se prepara para licitar a compra de carros blindados para o transporte dos ministros da Corte. Depois de o tema da violência ganhar destaque na campanha eleitoral, o órgão, sob orientação da área de segurança, decidiu adquirir 14 veículos blindados para os 11 ministros.

O contrato deverá ter teto de R\$ 3,206 milhões – vence a proposta de menor valor na concorrência, que será feita por pregão eletrônico.

O edital, que deve ser lançado na próxima semana, prevê a compra de carros sedã de grande porte. Segundo uma fonte ouvida sob reserva, o STF já dispõe de alguns blindados, mas em baixa quantidade.



## Profissão de administrador judicial está mais atraente

Imagine receber até R\$ 560 milhões em apenas um caso da profissão? Esse é o valor que o administrador judicial nomeado para atuar na recuperação da OGX (uma das empresas de Eike Batista) pode ter faturado.

Alheios aos grandes casos de recuperação de empresas brasileiras, o profissional que atua na área, por lei, pode ser remunerado com até 5% do passivo da companhia. Em um mercado em crise, é um campo de atuação que só cresce. É o que garante o presidente do Instituto Brasileiro de Direito da Empresa (IBDE), Gustavo Nobre.

“A área experimentou uma demanda crescente com a crise. A demanda é grande por profissionais preparados, seja como administrador judicial, seja como advogado especializado, pois a empresa devedora precisa de um profissional da área. Os credores da empresa têm a mesma necessidade, então o campo de trabalho é grande”.

Ele esclarece que o administrador judicial pode ser advogado, economista, administrador de empresas ou contador.

A remuneração do administrador judicial será um dos temas de palestras do I Seminário da Insolvência no Estado, que acontece na próxima segunda-feira, no hotel Sheraton Vitória.

Quem falará sobre o tema será o promotor de Justiça de Falências e Recuperações Judiciais do Ministério Público de São Paulo, Eronides Santos.



OPERAÇÃO LAVA A JATO

# Apoio à juíza que enquadrrou Lula durante depoimento

**Juristas capixabas avaliam que atitudes da magistrada e do ex-presidente na audiência em Curitiba foram normais**

Brunella França

As falas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante audiência, na última quarta-feira, em Curitiba, referente ao processo que responde por lavagem de dinheiro e recebimento de propina por meio da reforma e decoração de um sítio em Atibaia (SP), e as interrupções da juíza Ga-

briela Hardt, que conduziu a audiência, foram consideradas dentro da normalidade por juristas capixabas.

De acordo com o presidente da Comissão de Direitos e Prerrogativas da seccional capixaba da OAB, Ricardo Pimentel, não houve no comportamento de nenhuma das partes algo que fosse excessivo ou diferente do que ocorre em outras audiências.

"No caso específico, não vi nada que fosse tão grave, em termos de comportamento, nem de um lado e nem do outro. Os desgastes pontuados foram normais de audiência. É normal haver um acirramento de ânimos nesse tipo de audiência e a juíza agiu de acordo", disse o advogado.

"Da mesma forma, tudo o que foi falado ali pelo réu foi em sua defesa, em nenhum momento senti que tentou intimidar ou afrontar o Ministério Público ou a juíza", completou.

Presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), Daniel Peçanha elogiou a atuação da magistrada. "A juíza apenas cumpriu seu dever legal de manter a ordem", afirmou.

Ele explicou ainda que o Código de Processo Penal prevê que cabe ao juiz manter a ordem no curso dos atos processuais, como é o caso de um interrogatório.

Em audiências assim o réu tem direito a se manter em silêncio, negando-se a responder qualquer pergunta que lhe for feita. Pode

também falar algo que não lhe foi perguntado, mas que pode ser usado em sua defesa. O que não pode ocorrer, segundo o magistrado, é o réu passar a inquirir ou desafiar o juiz que preside a audiência.

Em casos que o magistrado entende que o réu extrapolou seus direitos, pode solicitar ao Ministério Público para apurar um crime de desacato ou, eventualmente, pode promover, ele próprio, uma ação por algum crime contra a honra em caso de calúnia, difamação ou injúria.

No caso do réu, se a defesa provar que houve cerceamento durante o interrogatório, é possível pedir a suspensão daquele magistrado do caso, ou seja, que o processo passe para outro juiz.



FOTOS: REPRODUÇÃO DE TV

**LULA** foi interrogado pela juíza Gabriela Hardt (destaque), na primeira audiência dela à frente da Operação Lava a Jato em Curitiba

## OS DIÁLOGOS

### Posse do sítio

No início do depoimento, Lula afirmou que não sabia o motivo de estar respondendo ao processo e indagou qual era a acusação a Hardt. A juíza respondeu que ele foi beneficiário de obras no sítio por empreiteiras e pelo pecuarista José Carlos Bumlai. Lula disse que pensava que a acusação era de que ele é o dono do sítio.

- > **"O SENHOR** sabe do que está sendo acusado?", indagou a juíza.
- > **"NÃO.** Eu estou disposto a responder toda e qualquer pergunta. Eu sou dono do sítio ou não?"
- > **"ISSO É O SENHOR** que tem de responder e não eu. E eu não estou sendo interrogada nesse momento".
- > **"QUEM TEM** de responder é quem acusou", interrompeu Lula.
- > **"SENHOR** ex-presidente isso é um interrogatório e se o senhor começar nesse tom comigo a gente vai ter problema", enquadrou a juíza.

### Autorização para falar

Em um momento seguinte da audiência, Lula perguntou a juíza: "Quando eu posso falar, doutora?"

- > **"O SENHOR PODE FALAR,** o senhor pode responder quando eu perguntar no começo", disse Hardt.
- > **"MAS PELO QUE EU SEI** é meu tempo de falar", respondeu o ex-presidente.
- > **"NÃO, É O TEMPO DE RESPONDER** às minhas perguntas. Eu não vou responder interrogatório nem questionamentos aqui, está claro?", afirmou a magistrada. "Está claro que eu não vou ser interrogada?", insistiu Hardt.
- > **"EU NÃO IMAGINEI** que fosse assim, doutora", disse Lula.
- > **"EU TAMBÉM NÃO",** afirmou a juíza.
- > **"COMO EU SOU VÍTIMA** de uma mentira há muito tempo...", afirmou Lula.
- > **"EU TAMBÉM NÃO IMAGINAVA,** então, vamos começar de novo. Eu já fiz um resumo da acusação e vou fazer perguntas. O senhor fica em silêncio ou o senhor responde", disse a juíza.

### Intimidação ao MP

Ao longo do depoimento, Lula fez referência à apresentação de power point feita pelo chefe da força-tarefa da Lava a Jato, Deltan Dallagnol, em 2016, no processo do triplex do Guarujá. A apresentação mostrava Lula como principal chefe do esquema de corrupção da Petrobras e gerou controvérsia no mundo jurídico.

- > **"O PRIMEIRO PROCESSO** que fui vítima é uma farsa, uma mentira do Ministério Público com power point", disse Lula.
- > **DEPOIS,** ao voltar ao tema, afirmou: "Quando vi o power point, eu falei pro PT, se fosse presidente do PT, pediria pra que todos os filiados no PT no Brasil inteiro, prefeito, deputado, abrisse processo (sic) contra o Ministério Público pra ele provar o power point".
- > **A DECLARAÇÃO** gerou nova reação da juíza. "O senhor está intimidando a acusação assim, senhor presiden-

te. Por favor, vamos mudar o tom que o senhor está intimidando, o senhor está instigando. E o senhor está intimidando a acusação ao intimidar o Ministério Público. Eu não vou permitir", disse.

### Amizade de Moro e Youssef

O ex-presidente ainda falou que o doleiro Alberto Youssef, delator dos casos Banestado e Lava a Jato, é amigo do ex-juiz Sérgio Moro. Hardt repreendeu o ex-presidente.

- > **"ELE (LULA)** não vai fazer acusações a meu colega (Moro) aqui".
- > **"NÃO ESTOU ACUSANDO,** estou constatando um fato, doutora".
- > **"NÃO É FATO,** porque o Moro não é amigo do Youssef, nunca foi".
- > **"MAS MANTEVE** ele sob vigilância oito anos", replicou Lula.
- > **"ELE NÃO FICOU** sob vigilância oito anos, e é melhor o sr. parar com isso".

Fontes: Agência Estado, BBC Brasil e Folha Press.



**GIRO RÁPIDO****Juiz manda Casa Branca aceitar repórter**

Um juiz federal ordenou na manhã de ontem que a Casa Branca restitua de forma temporária a credencial do jornalista da CNN Jim Acosta, suspensa após o repórter entrar em um embate com o presidente Donald Trump durante uma entrevista coletiva no último dia 7.

A decisão representa uma vitória para os jornalistas. Ele pode voltar a cobrir a Casa Branca.



# Pacientes ganham na Justiça cirurgias de graça

Outros pedidos foram exames e remédios. A Secretaria de Estado da Saúde foi obrigada a cumprir 7.961 ações somente neste ano

Lucas Rezende

**D**a necessidade de um remédio simples à autorização para uma complexa cirurgia, juizes e desembargadores têm lidado diariamente com enorme variedade de pedidos. A chamada judicialização da saúde tem feito capixabas recorrerem à Justiça para obrigar o Estado a disponibilizar até exames.

Para se ter ideia, de janeiro a agosto deste ano, a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) foi alvo de 7.961 demandas judiciais, o que totaliza gastos de R\$ 71,2 milhões.

Deste montante, 572 ações foram para pedir medicamentos, gerando um gasto de R\$ 29 milhões nos cofres públicos, e 344 de exames.

Em 2017, o número foi ainda maior: foram recebidas 10.860 demandas judiciais, com gasto de R\$ 71,2 milhões. Deste total, 1.803 foram de medicamentos (R\$ 55,9 milhões) e 854 de exames.

O juiz Paulo Abigenem Abib, do 4º Juizado Cível de Vitória, ressalta que casos da seara da saúde sempre têm aumentado, porque, "nosso sistema é precário".

"As pessoas têm judicializado esse assunto, numa crescente, como forma de se sentir resguardado da garantia de seus direitos constitucionais de cidadão. E então elas buscam internações, exames, procedimentos. Com a justiça deferindo os pedidos, o cidadão se sen-

**“As pessoas têm judicializado esse assunto como forma de ter resguardados direitos constitucionais”**

Paulo Abigenem Abib, juiz



ADVOGADO Flávio Fabiano disse que teve de entrar na Justiça para conseguir uma vaga no CTI para um paciente

te seguro da garantia do medicamento que tanto necessita, por exemplo", explica.

Advogado com atuação na área do consumidor, Flávio Fabiano acrescenta que há também casos que envolvem medicamentos de alto custo e o cidadão não tem condições de arcar com os custos, sendo que os remédios não são fornecidos na rede pública. "Novamente, a solução é uma determinação via mandado judicial", salienta.

De fato, nos pedidos ao governo do Estado inclui a aquisição de remédios para tratamento milionários, como os noticiados para crianças com atrofia muscular espinhal – uma doença genética, degenerativa –, por exemplo, no valor de R\$ 3 milhões para todas as doses necessárias.

Flávio Fabiano já advogou para um pastor de 52 anos que teve de entrar na Justiça para conseguir uma vaga em um Centro de Terapia Intensiva para tratar trombose cerebral. Só com um mandado judicial o pastor conseguiu um leito para o tratamento.

## “Não há necessidade”, diz secretário

“Não há nenhuma necessidade de judicialização da saúde no Espírito Santo do ponto de vista da prestação de serviço”. A afirmação é do secretário de Saúde Ricardo de Oliveira ao comentar os números apresentados pela reportagem.

“Nós temos uma lista de medicamentos – maior que a lista nacional. Mesmo que a pessoa solicite medicamentos que não tenha nessa lista, temos um comissão que analisa para concedê-lo. Se a comissão achar que faz sentido, que realmente nenhum medicamento da lista atende a necessidade, ela defere e nós compramos. Ano passado, só de processos desse tipo tinha, são cerca de 3,5 mil”, contrapõe Oliveira.

Ele salienta que só não pode comprar medicamentos que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) não autorizou a circular no Brasil. Esses, de fato, só judicializando, porque legalmente



**SECRETÁRIO Ricardo de Oliveira: “Essa judicialização pode ser falta de informação. Tem também a pressão da indústria farmacêutica para vender o serviço dela”**

eu não posso. Se não for isso, o resto todo não tem nenhuma necessidade”, insiste.

“Essa judicialização pode ser falta de informação. Tem também a pressão da indústria farmacêutica para vender o serviço dela. Pode haver ainda falta de informação do próprio juiz envolvido no processo. Eu não consigo entender! Já expliquei isso várias vezes: não tem nenhuma razão. De cada 100 pessoas que vão à farmácia no Estado,

SAIBA MAIS

### Números

R\$ 71,2 milhões foi o gasto total com as demandas judiciais

**7.961**

DEMANDAS JUDICIAIS FORAM RECEBIDAS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE JANEIRO A AGOSTO DESTA ANO.

- > R\$ 71,2 MILHÕES foram os gastos totais com essas demandas judiciais.
- > 572 DEMANDAS foram para medicamentos.
- > R\$ 29 MILHÕES foram gastos pelo Estado para atender aos medicamentos pedidos na Justiça.

**344** demandas foram por exames.

- > 10.860 demandas judiciais foram recebidas em 2017.
- > R\$ 71,2 MILHÕES foram gastos no ano passado.
- > 1.803 foram de medicamentos (R\$ 55,9 milhões) e 854 de exames.

no máximo duas terão algum problema do medicamento não estar disponível. São dados da Secretaria da Saúde”, defendeu.

Já sobre os processos para pedir exames e cirurgias, o secretário Ricardo de Oliveira admitiu a fila, disse que são anunciados mutuamente, mas que é preciso ter fornecedores para contratar mais exames e cirurgias. “Tudo que apareceu de oferta no mercado, nós compramos”, garantiu.



# Acusado de pedofilia processa Magno Malta

**Em entrevista à Folha de S. Paulo, trocador inocentado do crime diz ter sido torturado**

▲ Inocentado da acusação de estupro de vulnerável, Luiz Alves de Lima, de 45 anos, quer justiça contra aqueles que o fizeram ir para a cadeia por um crime que ele não cometeu. Ele processa o senador Magno Malta (PR), o governo do Espírito Santo e um médico-legista.

O ex-cobrador de ônibus afirma ter sido torturado durante o período em que ficou preso. Por causa

dos espancamentos em 2009, ele perdeu toda a visão do olho direito e só tem 25% do esquerdo.

Em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, Luiz contou que sua vida mudou após sua mulher, Cleonice Conceição, levar a filha delas, na época com dois anos, ao hospital. A médica desconfiou de violência sexual, mas, na verdade, a criança estava com oxiúro, verme que provoca conecira na região genital.

O conselho tutelar foi chamado para avaliar o caso e a polícia foi acionada. Luiz foi preso em casa e ficou en-

carcerado por nove meses no Centro de Detenção Provisória de Cariacica (CDPC), que usava contêineres como cela. Posteriormente, uma perita examinou a criança e constatou que o hímen estava intacto.

Luiz conta que no terceiro dia de detenção, o senador tomou uma postura de acusação contra ele. "Assumi o papel de juiz, promotor, delegado".

Luiz afirma que as torturas aconteceram por causa de um "circó" montado por Magno Malta, que na época presidia a CPI da Pedofilia. No mesmo mês em

que o cobrador foi preso, o senador prometeu no plenário que "os pedófilos desgraçados" estavam com "os dias contados".

A mulher dele, Cleonice, também chegou a ficar presa por 42 dias sob o risco de perder a guarda da criança para pais adotivos. "Quando cheguei no presídio, tentei falar para a polícia que tinha vários papéis da neném pra mostrar que ela tava com oxiúro. O Magno falou que, se não acusasse Luiz, nunca mais ia ver minha filha. No momento de desespero cheguei a acusar ele, sim."

À Folha, Malta afirmou



Procuradoria do Estado aguarda fim do processo

que, há nove anos, esteve na delegacia ao lado de um delegado "capaz e digno". "Afirmei na época o que tenho dito: pedófilos devem ser investigados, condenados e presos. Pedofilia é crime hediondo. Quanto às denúncias de espancamento e outras ilegalidades, devem ser apuradas, e seus autores, apontados pelo acusado."

Diz não ter sido citado pela Justiça, mas está à disposição para esclarecimentos.

Em nota, a Procuradoria-Geral do Espírito Santo, Estado processado por Luiz pela tortura que ele diz ter sofrido enquanto preso, "informa que o referido processo continua em tramitação e aguarda a decisão da Justiça para se manifestar". (Folha)



# Pastora Juliana volta a ser presa em Minas Gerais

**Ministério Público recorreu da decisão de soltar a pastora; juíza determinou prisão**

de BRUNELA ALVES  
de BRUNO DALVI

A Polícia Civil de Teófilo Otoni, Minas Gerais, prendeu a pastora Juliana Salles, mãe dos irmãos Kauã Salles Butkovsky, de 6 anos, e Joaquim Alves, de 3 anos, na tarde de ontem. O Ministério Público de Linhares recorreu da decisão do juiz André Dadalto, que mandou soltar a pastora na semana passada.

Porém, o juiz entrou de férias e o novo pedido de prisão preventiva foi decretado pela juíza Emília Coutinho Lourenço, que está substituindo o titular da Vara Criminal.

O mandado de prisão foi destinado à Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa de Linhares. Por sua vez, a delegacia entrou em contato com a Polícia Civil de Minas Gerais para cumprir a ordem. Juliana foi detida enquanto estava em um estabelecimento comercial acompanhada de uma amiga, por volta das 15h30, no Centro da cidade. Ela não resistiu à prisão.

A pastora foi levada para a Delegacia em Teófilo Otoni, onde recebeu a visita de advogados. Em seguida, Juliana seria encaminhada ao presídio da cidade.

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo, por meio da Promotoria de Justiça Criminal de Linhares, informou que o juízo da 1ª Vara Criminal de Linhares atendeu ao requerimento formulado pelo MPES, no recurso interposto e reconsiderou a decisão anterior,



Juliana Salles também estava em Teófilo Otoni quando foi presa pela primeira vez, em junho deste ano

decretando novamente a prisão da pastora.

Os advogados de defesa da pastora foram procurados pela reportagem, mas não atenderam nossas ligações e também não responderam as mensagens.

Juliana havia conseguido na Justiça a liberdade provisória no dia 7 de novembro, há uma semana. Ela havia ficado presa anteriormente desde o dia 19 de junho, quando foi detida em Minas Gerais, em cumprimento ao mandado de prisão expedido pela 1ª Vara Criminal de Linhares.

Na ocasião, foi aceita a denúncia do Ministério Público Estadual que acusou a pastora de ter conhecimento do risco que as crianças sofreriam por estarem sozinhas com o pastor George Alves, o que



Joaquim e Kauã morreram num incêndio em abril

caracteriza omissão por parte de Juliana.

## O CASO

Na madrugada do dia 21 de abril de 2018, os irmãos Kauã e Joaquim morreram carbonizados na casa onde moravam, em Linhares. No dia 29 de maio, a Polícia Civil indiciou o pastor George Alves por duplo homicídio triplamente qualificado, duplo estupro de vulnerável, duplo crime de tortura e fraude processual (por ter alterado a cena do crime).

Em 18 de junho, o Ministério Público do Espírito Santo denunciou não apenas o pastor pelo crime, mas também a mãe dos meninos. A promotora Rachel Tannenbaum acusou Juliana de "conduta omissiva".

**“Era questão de tempo”, diz pai de Kauã**

O empresário Rainy Butkovsky, pai de Kauã Salles Butkovsky, comentou sobre a nova prisão da pastora Juliana Salles, mãe dos irmãos Kauã Butkovsky, de 6 anos, e Joaquim Alves, de 3 anos, na tarde de ontem.

“É muito contraditório o juiz mandar soltar diante de tantas provas de que ela foi conivente e colocando esse monstro de novo na rua. Mas, agora estamos no processo e vamos poder acompanhar todo o caso de perto vendo a justiça ser feita”, disse Rainy.

O advogado Siderson Vitorino, que representa a família de Rainy, foi autorizado a entrar no processo, através de uma decisão judicial, no último dia 7, e disse que vai comparecer em Linhares na próxima semana. “Vamos até a cidade para buscarmos o acesso aos autos, disse o advogado.



Rainy comemorou a nova prisão da pastora



# Ex-pastora é presa fazendo compras em Minas Gerais

Juliana Sales foi detida na tarde de ontem, na cidade mineira de Teófilo Otoni, em uma loja de roupas, junto com uma amiga

Kananda Natielly

Após uma semana em liberdade, a ex-pastora Juliana Sales, mãe dos irmãos Kauã Sales Butkovsky, 6, e Joaquim Alves Sales, 3, mortos em um incêndio em abril desse ano, em Linhares, voltou para a prisão. A mulher do ex-pastor Georgeval Alves foi detida na tarde de ontem, na cidade mineira de Teófilo Otoni, enquanto fazia compras em uma loja de roupas.

A ex-pastora já tinha sido presa na mesma cidade no dia 20 de junho deste ano. Ela permaneceu na prisão até o último dia 8, quando teve a liberdade provisória concedida pelo juiz André Bijos Dadalto.

Segundo o Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), um promotor de Linhares recorreu da decisão do juiz.

A prisão preventiva foi decretada pela juíza Emília Coutinho Lourenço, da 4ª Vara Criminal de Linhares, que entendeu que a ex-pastora não poderia ficar em liberdade. Ela assumiu o posto de Bijos, que está de férias e volta ao fórum de Linhares no dia 26 deste mês, um dia antes da próxima audiência do caso.

De acordo com os investigadores da Polícia Civil de Teófilo Otoni, Juliana foi presa no centro da cidade.



**JULIANA SALES** quando foi presa pela primeira vez, na mesma cidade onde ela foi detida ontem por policiais civis

Ela estava em uma loja comprando roupas com uma amiga, que seria esposa do pastor que hospeda a acusada. O mandado de prisão foi expedido ontem e foi cumprido pelos policiais por volta das 15h30.

A defesa de Juliana, representada pela advogada Milena Freire, informou que tanto a ex-pastora, quanto os advogados que compõem o corpo jurídico que a defende foram pegos de surpresa pela prisão. Milena afirmou que um novo pe-

dido de habeas corpus será protocolado no fórum de Linhares, para contestar a prisão.

“Ela (Juliana) não esperava. Ninguém esperava. Como o promotor entrou com recurso em sentido estrito, e numa aberração jurídica, decretaram novamente a prisão dela, uma vez que não existe efeito suspensivo nesse recurso. Mas já estamos trabalhando para reverter isso”, disse a advogada.

Segundo fontes envolvidas no

caso, na próxima segunda-feira deve ser feito um pedido para que Juliana seja transferida para presídio no Espírito Santo.

Por nota, a secretaria de Estado da Justiça (Sejus) informou que a ex-pastora foi liberada do Centro Prisional Feminino de Cariacica, na madrugada do último dia 8, por decisão da Justiça. A secretaria disse ainda que, ao voltar para o Estado, Juliana ficará na mesma penitenciária.

## Os motivos para a liberdade

A ex-pastora Juliana Sales, presa novamente na tarde de ontem, em Teófilo Otoni (MG), teve a liberdade provisória concedida pelo juiz do caso, André Bijos Dadalto, na semana passada, devido a seu bom comportamento. De acordo com a decisão do juiz, não havia requisitos para que Juliana continuasse presa, por isso, a liberdade provisória foi concedida, com restrições.

Fatores como bons antecedentes, contribuição para com o traba-

lho da Polícia Civil e, principalmente, não estar presente no dia do incêndio, também foram considerados pelo juiz ao tomar a decisão de assinar o pedido de liberdade provisória de Juliana.

A ex-pastora já tinha sido detida na mesma cidade no dia 20 de junho. Ela permaneceu presa até o último dia 8, quando teve a liberdade autorizada pelo juiz e deixou o Centro Prisional Feminino de Cariacica.

### DEPOIMENTO

#### “Vamos até o fim. Cadeia neles”

“Me sinto um tanto quanto confortado ao receber essa notícia da prisão dela (Juliana). Tudo está muito estranho nesse caso. A Justiça está estranha. Primeiro não deixaram meu advogado ter acesso aos autos e, quando ele recorre a um poder maior, eles voltam atrás e liberam? Muito estranho isso!

Enfim, a dor da perda das crianças ainda é muito grande, mas nós

vamos até o fim. Cadeia neles! Por Kauã e Joaquim e todas as crianças que tanto amamos e que estamos perdendo para esses monstros.

Não vamos ficar calados e, se tivermos de fazer outros protestos, vamos fazer.”

**Rainy Butkovsky, pai de Kauã**





**GIRO RÁPIDO****Homem é condenado por importunação sexual**

A Justiça de São Paulo condenou na última quarta, a três anos de prisão, em regime inicial fechado, um homem que praticou importunação sexual no metrô de São Paulo. O caso ocorreu no mês passado.

Na situação, o homem alegou ter problemas vasculares e, como o trem estava muito cheio no momento, encostou na vítima e ficou excitado.



# Anistia quer investigação externa no caso Marielle

## Organização internacional lançou relatório com questões sobre o assassinato

⚡ A Anistia Internacional sugeriu a criação de uma comissão externa e independente para acompanhar as investigações da morte da vereadora Marielle Franco e seu motorista, Anderson Gomes, no dia 14 de março. O crime completou oito meses ontem. Para a organização, o caso transformou-se em um labirinto. A Anistia apresentou um relatório com 16 perguntas sobre o caso.

Entre as perguntas estão: quem desligou as câmeras de segurança da região, como as armas do crime sumiram do arsenal da polícia civil e quem extraviou as munições usadas no assassinato da Polícia Federal

Segundo Renata Neder, coordenadora de pesquisa da Anistia Internacional, grupos semelhantes foram criados para acompanhar casos de desaparecimentos, mor-



tes e violações de direitos humanos na Nicarágua, em Honduras e no México.

“A impressão que eu tenho é que nós estamos enxugando gelo. Oito meses passados, ainda temos as mesmas perguntas e não temos nenhuma resposta”, disparou Antônio, pai da vereadora.

Amãe da vereadora, Marinete, diz acreditar no trabalho da Polícia Civil e do Ministério Público e não acha importante que a Polícia Federal investigue o caso.